

WANDER GARCIA

Um dos maiores especialistas em Concursos Públicos do País



CONCURSOS FCC

6.000 QUESTÕES COMENTADAS



Organizadora:
Georgina Renata Dias

Autores:

Wander Garcia, Alice Satin, Ana Paula Garcia, André de Carvalho Barros, André Fioravanti, André Roncaglia de Carvalho, Anna Carolina Bontempo, Anthony Rosenberg, Arthur Trigueiros, Bruna Vieira, Daniela Rosário Rodrigues, Eduardo Dampieri, Eloy Gustavo de Souza, Elson Garcia, Enildo Garcia, Eric Universo Brasil, Fábio Tavares Sobreira, Fabrício Barros, Felipe Maciel, Fernanda Franco, Fernando Castellani, Flavia M. Barros Fabre, Gabriela R. Pinheiro, George Sales, Georgina Renata Dias, Gustavo Nicolau, Helder Satin, Henrique Subi, Hermes Arrais Alencar, Hermes Cramacon, Ivo Shigueru Tomita, Joelson Sampaio, Lúcia Rossi, Luiz Dellare, Luiz Fabre, Magally Dato, Marcos Destefenni, Maria do Carmo Milani, Mark Hughes, Murilo Sechieri Costa Neves, Renan Flumian, Renato Montans de Sá, Robinson Sakiyama Barreirinhas, Rodrigo Ferreira de Lima, Rodrigo Goyena, Rodrigo Santamaría Saber, Savio Chalita, Sávio Ricardo Cantadori Copetti, Sebastião Edison Gomes, Tatiana Subi, Teresa Melo, Tiago Queiroz de Oliveira, Vanessa Tonalli Trigueiros



SIGA OS AUTORES NO TWITTER
PARA DICAS E REVISÕES



• DISCIPLINAS:

Língua Portuguesa e Redação, Raciocínio, Lógico e Matemática, Informática, Lei 8.112/1990, Lei 8.666/1993, Improbidade Administrativa, Civil, Processual Civil, Penal, Processo Penal, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Empresarial, Direito Trabalho, Processo do Trabalho, Consumidor, Ambiental, Criança e Adolescente, Processo Coletivo, Direito Eleitoral e Direito do Idoso.

• DISCIPLINAS BÔNUS ON-LINE:

Administração Pública, Administração Financeira e Orçamentária, Arquivologia, Contabilidade, Bancários, Auditoria, Conhecimentos Gerais, Língua Estrangeira, Economia, Financeiro, Econômico, Previdenciário, Internacional e Humanos, Formação Humanística, Agrário, Urbanístico, Agências Reguladoras, Notarial e Registral, Defensoria Pública, entre outras.

- Gabaritos ao final de cada questão, facilitando o manuseio do livro
- Questões comentadas e altamente classificadas*

*Os comentários das questões objetivas são de responsabilidade da Editora Foco.

EM
COMO PASSAR

EDITORA
FOCO

Na compra deste livro, **GANHE**, por sete dias, acesso ao curso de **Curso de Direito Administrativo do IEDI**, com o Prof. Wander Garcia

2015 © Wander Garcia

Coordenador: Wander Garcia

Organizadora: Georgia Renata Dias

Autores: Wander Garcia, Alice Satin, Ana Paula Garcia, André de Carvalho Barros, André Fioravanti, André Roncaglia de Carvalho, Anna Carolina Bontempo, Anthony Rosenberg, Arthur Trigueiros, Bruna Vieira, Daniela Rosário Rodrigues, Eduardo Dompieri, Eloy Gustavo de Souza, Elson Garcia, Enildo Garcia, Eric Universo Brasil, Fábio Tavares Sobreira, Fabrício Barros, Felipe Maciel, Fernanda Franco, Fernando Castellani, Flavia M. Barros Fabre, Gabriela R. Pinheiro, George Sales, Georgia Renata Dias, Gustavo Nicolau, Helder Satin, Henrique Subi, Hermes Arrais Alencar, Hermes Cramacon, Ivo Shigueru Tomita, Joelson Sampaio, Licínia Rossi, Luiz Dellore, Luiz Fabre, Magally Dato, Marcos Destefenni, Maria do Carmo P. Milani, Mark Hughes, Murilo Sechieri Costa Neves, Renan Flumian, Renato Montans de Sá, Robinson Sakiyama Barreirinhas, Rodrigo Ferreira de Lima, Rodrigo Goyena, Rodrigo Santamaria Saber, Savio Chalita, Sávio Ricardo Cantadori Copetti, Sebastião Edilson Gomes, Tatiana Subi, Teresa Melo, Tiago Queiroz de Oliveira, Vanessa Tonolli Trigueiros.

Editor: Márcio Dompieri

Gerente Editorial: Paula Tseng

Equipe Editora Foco: Erica Coutinho, Georgia Renata Dias e Ivo Shigueru Tomita

Projeto Gráfico e Diagramação: Ladislau Lima

Capa: R2 Editorial

Impressão miolo e capa: Gráfica Intergraf

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Como passar em concursos FCC : 6.000 questões comentadas /
Wander Garcia, coordenador. – 5. ed. – Indaiatuba, SP : Editora
Foco Jurídico, 2015. – (Coleção como passar)

ISBN 978-85-8242-125-3

1. Direito - Concursos públicos I. Garcia, Wander. II. Série.

15-00880

CDU-34(81)(079.1)

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Brasil : Concursos públicos : Questões comentadas : Direito 34(81)(079.1)

DIREITOS AUTORAIS: É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora Foco, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998.

Atualizações e erratas: a presente obra é vendida como está, sem garantia de atualização futura. Porém, atualizações voluntárias e erratas são disponibilizadas no site www.editorafoco.com.br, na seção *Atualizações*. Esforçamo-nos ao máximo para entregar ao leitor uma obra com a melhor qualidade possível e sem erros técnicos ou de conteúdo. No entanto, nem sempre isso ocorre, seja por motivo de alteração de software, interpretação ou falhas de diagramação e revisão. Sendo assim, disponibilizamos em nosso site a seção mencionada (*Atualizações*), na qual relataremos, com a devida correção, os erros encontrados na obra. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para contato@editorafoco.com.br.

Impresso no Brasil (04.2015)

Data de Fechamento (03.2015)



2015

Todos os direitos reservados à
Editora Foco Jurídico Ltda.

Al. Júpiter 578 - Galpão 01 – American Park Distrito Industrial
CEP 13347-653 – Indaiatuba – SP

E-mail: contato@editorafoco.com.br

www.editorafoco.com.br

APRESENTAÇÃO

A experiência também diz que aquele que quer ser aprovado deve cumprir três objetivos: a) entender a teoria; b) ler a letra da lei, e c) treinar. A teoria é vista em cursos e livros à disposição no mercado. O problema é que, normalmente, o candidato se detém nessa etapa. A leitura da lei e o treinamento acabam sendo deixados de lado. E é nesse ponto que está o grande erro. Em média, mais de 90% das questões são respondidas a partir do texto da lei. Além disso, as questões de prova se repetem muito.

É por isso que é fundamental o candidato contar com a presente obra. Com ela você poderá ler a letra da lei e treinar. Quase todas as questões vêm comentadas com o dispositivo legal em que encontrará a resposta correta. Com isso, terá acesso aos principais dispositivos legais que aparecem no Exame FCC, de maneira lúdica e desafiadora. Além disso, começará a perceber as técnicas dos examinadores, as “pegadinhas” típicas de prova e todas as demais características da Banca Examinadora, de modo a ganhar bastante segurança para o momento decisivo, que é o dia da sua prova.

É importante ressaltar que essa obra é **única no mercado**, pois somente ela traz **tamanho número de questões da FCC**, que estão classificadas e comentadas, sendo que o comentário é feito, sempre que necessário, para cada alternativa da questão. É por isso que podemos afirmar com uma exclamação que esta obra vai demonstrar a você **COMO PASSAR EM CONCURSOS DA FCC!**

COMO TER ACESSO AO BÔNUS *ON-LINE*?

Entre no site
www.editorafoco.com.br

clique em
Atualizações

e baixe o arquivo
Bônus

AUTORES

Wander Garcia – @wander_garcia

Doutor e Mestre em Direito pela PUC/SP. Professor e coordenador do IEDI. Procurador do Município de São Paulo.

Alice Satin

Mestre em Direitos Difusos pela PUC/SP. Especialista em Direito Processual Civil pela PUC/SP. Palestrante e Professora Assistente na Graduação e Pós-Graduação em Direito da PUC/SP. Advogada.

Ana Paula Garcia

Pós-graduada em Direito. Professora do IEDI. Procuradora do Estado de São Paulo.

André de Carvalho Barros – @ProfAndreBarros

Mestre em Direito Civil Comparado pela PUC/SP. Professor de Direito Civil e de Direito do Consumidor exclusivo da Rede LFG. Membro do IBDFAM. Advogado.

André Fioravanti

Mestre em Engenharia Elétrica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutor pela Universidade de Paris XI. Pesquisador associado à Faculdade de Engenharia Elétrica da Unicamp. Autor do livro "*H ∞ Analysis and Control of Time-Delay Systems – Methods in Frequency Domain*". Vencedor do concurso de programação *Matlab* em 2011.

André Roncaglia de Carvalho – carvalho_andre@hotmail.com

Mestre em Economia Política pela PUC-SP. Doutorando do Programa de Economia do Desenvolvimento – IEP-USP. Professor de Fundamentos da Economia, Macroeconomia e Economia brasileira na Fundação-Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) e nos programas de MBA da fundação Getúlio Vargas. Pesquisador nas áreas de Economia Monetária, História do Pensamento Econômico, História Econômica do Brasil e Macroeconomia.

Anna Carolina Bontempo

Pós-graduada em Direito Público pela Faculdade de Direito Professor Damásio de Jesus. Professora e gerente de ensino à distância no curso IEDI. Advogada.

Anthony Rosenberg

Mestre em Língua Inglês, Linguística e Literatura (USP-SP). Bacharel em Letras, com Habilitação em Tradução e Interpretação (Unibero). Professor de Redação Inglês no Curso Clio, curso preparatório para

a prova do Instituto Rio Branco, e Inglês Jurídico na FGV-SP no curso de Direito (graduação). Assessor do Presidente do BNDES na função de tradutor e revisor.

Arthur Trigueiros – @proftrigueiros

Pós-graduado em Direito. Professor da Rede LFG, do IEDI e do PROORDEM. Autor de diversas obras de preparação para o Exame de Ordem e Concursos Públicos. Procurador do Estado de São Paulo.

Bruna Vieira – @profa_bruna

Pós-graduada em Direito. Professora do IEDI, PRO-ORDEM, LEGALE, ROBORTELLA e ÊXITO. Professora de Pós-graduação em Instituições de Ensino Superior. Palestrante. Autora de diversas obras de preparação para Concursos Públicos e Exame de Ordem, por diversas editoras. Advogada.

Daniela Rosário Rodrigues

Mestre em Direitos Difusos e Coletivos pelas Unimes/SP. Especialista em Direito Tributário pelo IBET/USP. Professora de cursos preparatórios para concursos e cursos de pós-graduação na área jurídica. Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas no Estado de São Paulo.

Eduardo Dompieri – @eduardodompieri

Pós-graduado em Direito. Professor do IEDI. Autor de diversas obras de preparação para Concursos Públicos e Exame de Ordem.

Eloy Gustavo de Souza

Graduado em Letras pela Universidade de São Paulo – FFLCH-USP. Professor de Língua Portuguesa do Curso Clio, curso preparatório para a prova do Instituto Rio Branco, e do Curso Anglo.

Elson Garcia

Professor e Engenheiro graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Enildo Garcia

Especialista em Matemática pura e aplicada (UFSJ). Professor tutor de Pós-graduação em Matemática (UFJS – UAB). Analista de sistemas (PUCRJ).

Éric Universo Brasil

Doutorando e Mestre em Teoria Econômica pela USP e Bacharel em Ciências Econômicas pela FECAP. Coordenador do Núcleo de Pesquisa do IFECAP. Professor integral da FECAP. Atualmente atua como economista sênior na Tendências Consultoria Integrada.

Fábio Tavares Sobreira – @fabiottavares

Professor de Direito Constitucional exclusivo da Rede LFG/Praetorium. Advogado.

Fabrcio Barros

Pós-graduado em Gestão Financeira. Professor universitário. Auditor de Controle Interno do Governo do Distrito Federal. Ex-auditor da KPMG Auditores Independentes.

Felipe Maciel – @Felipemaciel

Pós-graduado em Direito Constitucional pela UFRN. Graduado pela UFRN. Professor Universitário (UFRN e UnP). Professor de Cursos Preparatórios para Exame de Ordem e Concursos Públicos do IEDI. Assessor Jurídico concursado do Município de Natal. Advogado.

Fernanda Franco

Graduada em Letras pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) com habilitação em Português e Linguística. Graduanda em Filosofia também pela USP. Professora de Língua Portuguesa no Colégio São Luís em São Paulo.

Fernando Castellani – @ffcastellani

Coordenador do LLM do IBMEC. Professor de Direito Tributário e Empresarial. Professor do CO-GEAE/PUCSP, do IBET, da Rede LFG e Praetorium. Advogado.

Flavia M. Barros Fabre

Mestre em Direito pela PUC/SP. Doutoranda em Direito pela USP. Professora de Direito Administrativo. Procuradora do Município de São Paulo.

Gabriela R. Pinheiro

Graduada em Direito pela Faculdade de Direito Prof. Damásio de Jesus. Pós-Graduada em Direito Civil e Processual Civil pela Escola Paulista de Direito. Professora Universitária e do IEDI Cursos On-line e preparatórios para concursos públicos exame de ordem. Autora de diversas obras jurídicas para concursos públicos e exame de ordem. Advogada.

George Sales

Mestre em Contabilidade e Controladoria pela FEA/USP. Pós-graduado em Conhecimento, Tecnologia e Inovação pelo *Master of Business Administration* (MBA) da Fundação Instituto de Administração FIA/USP. Graduado em Processamento de Dados pela Faculdade de Tecnologia da Baixada Santista (FATEC-BS), em Direito pela Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES) e em Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP). Professor da Fundação Escola de Comércio

Álvares Penteado (FECAP) e da Fundação Instituto de Pesquisa Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI).

Georgina Renata Dias

Especialista em Direito Penal pela Faculdade de Direito Professor Damásio de Jesus. Autora e organizadora de diversas obras publicadas pela Editora Foco. Advogada.

Gustavo Nicolau – @gustavo_nicolau

Doutor e Mestre pela Faculdade de Direito da USP. Professor de Direito Civil da Rede LFG/ Praetorium. Advogado.

Helder Satin

Graduado em Ciências da Computação, com MBA em Gestão de TI. Professor do IEDI. Professor de Cursos de Pós-graduação. Desenvolvedor de sistemas Web e gerente de projetos.

Henrique Subi – @henriquesubi

Agente da Fiscalização Financeira do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Mestrando em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Especialista em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas e em Direito Tributário pela UNISUL. Professor de cursos preparatórios para concursos desde 2006. Coautor de mais de 20 obras voltadas para concursos, todas pela Editora Foco.

Hermes Arrais Alencar

Mestre em Direito Previdenciário pela PUC/SP. Professor do CPC Marcato, do EPD e do JUSPODIVM. Autor de diversas obras de Direito Previdenciário. Procurador Federal.

Hermes Cramacon – @hermescramacon

Pós-graduado em Direito. Professor do Complexo Damásio de Jesus e do IEDI. Advogado.

Ivo Shigueru Tomita – @ivoshigueru

Especialista em Direito Tributário pela PUC/SP – Cogeae. Autor e organizador de obras publicadas pela Editora FOCO. Advogado e colaborador da Editora FOCO.

Joelson Sampaio

Mestre em Finanças pela EAESP – FGV. *Summer Program in Finance na Kellogg School of Management*. Bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo. Doutorando em Teoria Econômica – Universidade de São Paulo. Doutorando em Finanças Corporativas e Mercados Financeiros – Fundação Getúlio Vargas. Professor de Finanças dos cursos de graduação da PUC-SP e FECAP. Professor tutor de Finanças da FGV-Online. Professor de pós-graduação do SENAC-SP. Tem experiência na área

de Finanças e Economia, com ênfase em finanças empresariais (*corporate finance*), atuando principalmente nos seguintes temas: *venture capital* e *private equity*, mercado de capitais e governança corporativa.

Licinia Rossi – @liciniarossi

Mestre em Direito Constitucional pela PUC/SP. Especialista em Direito Constitucional pela Escola Superior de Direito Constitucional. Professora exclusiva de Direito Administrativo e Constitucional na Rede Luiz Flávio Gomes de Ensino. Professora de Direito na UNICAMP. Advogada.

Luiz Dellore – @Dellore

Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela USP. Mestre em Direito Constitucional pela PUC/SP. Professor do Mackenzie, EPD, IEDI, IOB/Marcatto e outras instituições. Membro da Comissão de Processo Civil da OAB/SP, do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Processual) e diretor do CEAPRO (Centro de Estudos Avançados de Processo). Advogado concursado da Caixa Econômica Federal. Ex-assessor de Ministro do STJ.

Luiz Fabre

Professor de cursos preparatórios para concursos. Procurador do Trabalho.

Magally Dato

Professora de Língua Portuguesa. Agente de Fiscalização do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Marcos Destefenni – @destefenni

Doutor e Mestre pela PUC/SP. Mestre pela PUC de Campinas e Mestre em Direito Penal pela UNIP. Professor da Rede LFG. Promotor de Justiça em São Paulo.

Maria do Carmo P. Milani

Advogada graduada pela PUC/SP.

Mark Hughes

Mestre pela *University of Strathclyde*. Bacharel pela *Glasgow Caledonian University*. Professor de Redação Inglês e no Curso Avançado Inglês no Curso Clio, curso preparatório para a prova do Instituto Rio Branco.

Murilo Sechieri Costa Neves

Mestre em Direito pela PUC/SP. Professor do Complexo Damásio de Jesus. Advogado. Ex-Procurador do Estado de São Paulo.

Renan Flumian – @renanflumian

Mestre em Filosofia do Direito pela *Universidad de Alicante*. Coursou a *Session Annuelle D'enseignement*

do Institut International des Droits de L'Homme, a Escola de Governo da USP e a Escola de Formação da Sociedade Brasileira de Direito Público. Professor e Coordenador Acadêmico do IEDI. Autor e coordenador de diversas obras de preparação para Concursos Públicos e o Exame de Ordem. Advogado.

Renato Montans de Sá

Mestre e Especialista em Direito Processual Civil pela PUC/SP. Coordenador do curso de Pós-graduação em Direito Processual Civil Moderno da Universidade Anhanguera-Uniderp/Rede LFG. Professor da Rede LFG. Advogado.

Robinson Sakiyama Barreirinhas – robinson.barreirinhas@gmail.com

Professor do IEDI. Autor e coautor de mais de 20 obras de preparação para concursos e OAB. Procurador do Município de São Paulo. Ex-Assessor de Ministro do STJ.

Rodrigo Ferreira de Lima

Advogado e Professor de cursos preparatórios para Exame de Ordem e Concursos Públicos. Editor do blog www.comopassarnaob.com.br.

Rodrigo Goyena

Mestre em Relações Internacionais com especialização em Economia Política Internacional. Graduado em Ciências Políticas pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris (*SciencesPo.*) com especialização regional em América Latina, Espanha e Portugal. Coursou História e Relações Internacionais na Universidade de São Paulo (USP) e a Escola de Governo do Estado de São Paulo. Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor de História do Brasil no Ciclo EAD e Editora.

Rodrigo Santamaria Saber

Especialista em Direito Processual Civil pela UNESP de Franca. Graduado em Direito pela PUC de São Paulo. Professor de Cursos Preparatórios para Concursos Públicos. Aprovado nos Concursos para Defensor Público do Estado de Santa Catarina e do Distrito Federal. Coautor de livros publicados pela Editora Foco. Advogado.

Savio Chalita

Mestrando em Direitos Sociais. Professor de cursos preparatórios para Exame de Ordem e Concursos Públicos. Editor do blog www.comopassarnaob.com. Advogado.

Sávio Ricardo Cantadori Copetti

Pós-graduado em Direito. Defensor Público do Estado de Mato Grosso.

Sebastião Edilson Gomes

Mestre em Direito Público. Especialista em Direito Civil. Professor Universitário das disciplinas de Direito Administrativo e Direito Civil. Coautor do Livro *Lei de Responsabilidade Fiscal comentada e anotada*.

Tatiana Subi

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Professora em diversos cursos preparatórios para concursos. Coautora do livro *Como passar em Concursos Bancários*, da Editora Foco.

Teresa Melo

Professora do IEDI. Procuradora Federal. Assessora de Ministro do STJ.

Tiago Queiroz de Oliveira

Pós-graduado em Direito. Diretor de Cartório Judicial.

Vanessa Tonolli Trigueiros

Pós-graduada em Direito Processual Civil pela UNISUL e em Direito Processual Civil e Civil pela UCDB. Graduada em Direito pela PUC-Campinas. Analista de Promotoria. Assistente Jurídico do Ministério Público do Estado de São Paulo.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	III
1. LÍNGUA PORTUGUESA E REDAÇÃO	1
1. SEMÂNTICA / ORTOGRAFIA / ACENTUAÇÃO GRÁFICA.....	1
2. PRONOME E COLOCAÇÃO PRONOMINAL.....	11
3. PREPOSIÇÃO.....	22
4. VERBO.....	22
5. REESCRITA.....	34
6. REGÊNCIA.....	35
7. PONTUAÇÃO.....	43
8. OCORRÊNCIA DA CRISE.....	53
9. CONJUNÇÃO.....	58
10. ORAÇÃO SUBORDINADA.....	63
2. RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA	65
1. RACIOCÍNIO LÓGICO.....	65
2. MATEMÁTICA BÁSICA.....	86
3. MATEMÁTICA FINANCEIRA.....	107
3. INFORMÁTICA	116
1. <i>HARDWARE</i>	116
2. PLANILHAS ELETRÔNICAS.....	116
3. EDITORES DE TEXTO.....	120
4. EDITORES DE APRESENTAÇÕES.....	123
5. INTERNET.....	124
6. SISTEMAS OPERACIONAIS.....	133
7. REDES.....	140
8. SEGURANÇA.....	141
4. LEI 8.112/1990	145
1. PROVIMENTO, VACÂNCIA, REMOÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO.....	145
2. DIREITOS E VANTAGENS.....	158
3. REGIME DISCIPLINAR.....	167
4. INFRAÇÕES.....	175
5. PROCESSO DISCIPLINAR.....	175
6. SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR – BENEFÍCIOS.....	178
7. TEMAS COMBINADOS.....	178
5. LEI 8.666/1993	179
1. LICITAÇÃO.....	179
2. CONTRATOS.....	204
3. LEI 10.520/2002 – PREGÃO.....	219
4. TEMAS COMBINADOS E OUTROS TEMAS.....	222

6. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	224
1. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	224
7. DIREITO CIVIL	243
1. LINDB	243
2. GERAL.....	248
3. OBRIGAÇÕES	298
4. CONTRATOS.....	311
5. RESPONSABILIDADE CIVIL	334
6. COISAS	342
7. FAMÍLIA.....	357
8. SUCESSÕES.....	365
9. REGISTROS PÚBLICOS.....	369
10. QUESTÕES COMBINADAS.....	369
8. DIREITO PROCESSUAL CIVIL	371
1. PRINCÍPIOS DO PROCESSO CIVIL	371
2. PARTES, PROCURADORES, MINISTÉRIO PÚBLICO E JUIZ.....	372
3. PRAZOS PROCESSUAIS. ATOS PROCESSUAIS	381
4. LITISCONSÓRCIO, ASSISTÊNCIA E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	390
5. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA.....	397
6. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS E CONDIÇÕES DA AÇÃO.....	404
7. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO. NULIDADES	407
8. TUTELA ANTECIPADA E LIMINAR EM CAUTELAR	413
9. PROCESSO DE CONHECIMENTO. RITOS SUMÁRIO E ORDINÁRIO.....	414
10. SENTENÇA. LIQUIDAÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. COISA JULGADA	431
11. AÇÕES ANULATÓRIA E RESCISÓRIA	440
12. RECURSOS	442
13. EXECUÇÃO.....	456
14. CAUTELAR	468
15. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	471
16. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, FEDERAL E DA FAZENDA PÚBLICA.....	481
17. AÇÃO CIVIL PÚBLICA, AÇÃO POPULAR E AÇÃO DE IMPROBIDADE	483
18. MANDADO DE SEGURANÇA E <i>HABEAS DATA</i>	485
19. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE	487
20. DEMAIS QUESTÕES DE LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE	487
21. TEMAS COMBINADOS	489
9. DIREITO PENAL	491
1. CONCEITO, FONTES E PRINCÍPIOS	491
2. APLICAÇÃO DA LEI NO TEMPO.....	492
3. APLICAÇÃO DA LEI NO ESPAÇO.....	493
4. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES	494
5. FATO TÍPICO E TIPO PENAL.....	495
6. CRIMES DOLOSOS, CULPOSOS E PRETERDOLOSOS	496
7. ERRO DE TIPO, DE PROIBIÇÃO E DEMAIS ERROS	497
8. TENTATIVA, CONSUMAÇÃO, DESISTÊNCIA, ARREPENDIMENTO E CRIME IMPOSSÍVEL	498
9. ANTIJURIDICIDADE E CAUSAS EXCLUDENTES	500
10. AUTORIA E CONCURSO DE PESSOAS.....	501
11. CULPABILIDADE E CAUSAS EXCLUDENTES.....	503
12. PENAS E EFEITOS DAS PENAS.....	504

13. APLICAÇÃO DA PENA.....	508
14. <i>SURDIS</i> , LIVRAMENTO CONDICIONAL, REABILITAÇÃO E MEDIDAS DE SEGURANÇA.....	514
15. AÇÃO PENAL.....	515
16. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE EM GERAL.....	515
17. PRESCRIÇÃO.....	516
18. CRIMES CONTRA A PESSOA.....	517
19. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO.....	520
20. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL.....	523
21. CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA.....	525
22. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	525
23. OUTROS CRIMES DO CÓDIGO PENAL.....	529
24. TEMAS COMBINADOS DE DIREITO PENAL.....	530
25. CRIMES DA LEI ANTIDROGAS.....	530
26. CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE.....	531
27. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA.....	532
28. CRIMES DE TRÂNSITO.....	532
29. ESTATUTO DO DESARMAMENTO.....	532
30. CRIMES RELATIVOS À LICITAÇÃO.....	534
31. CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE.....	535
32. CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO.....	535
33. CRIMES HEDIONDOS.....	535
34. TEMAS COMBINADOS DA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE.....	535
35. MEDICINA LEGAL.....	536
10. DIREITO PROCESSUAL PENAL.....	537
1. FONTES, PRINCÍPIOS GERAIS, EFICÁCIA DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO E NO ESPAÇO.....	537
2. INQUÉRITO POLICIAL.....	538
3. AÇÃO PENAL.....	542
4. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO.....	548
5. AÇÃO CIVIL.....	548
6. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA. CONEXÃO E CONTINÊNCIA.....	549
7. QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES.....	552
8. PRERROGATIVAS DO ACUSADO.....	554
9. PROVAS.....	555
10. SUJEITOS PROCESSUAIS.....	558
11. CITAÇÃO, INTIMAÇÃO E PRAZOS.....	559
12. PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES E LIBERDADE PROVISÓRIA.....	560
13. PROCESSO E PROCEDIMENTOS.....	566
14. PROCESSO DE COMPETÊNCIA DO JÚRI.....	567
15. JUIZADOS ESPECIAIS.....	568
16. SENTENÇA, PRECLUSÃO E COISA JULGADA.....	571
17. NULIDADES.....	573
18. RECURSOS.....	573
19. <i>HABEAS CORPUS</i> , MANDADO DE SEGURANÇA E REVISÃO CRIMINAL.....	576
20. EXECUÇÃO PENAL.....	577
21. LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE.....	581
22. QUESTÕES COMBINADAS E OUTROS TEMAS.....	582

11. DIREITO CONSTITUCIONAL	586
1. PODER CONSTITUINTE	586
2. TEORIA E CLASSIFICAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....	588
3. HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	594
4. DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	599
5. DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	617
6. DIREITOS SOCIAIS.....	647
7. NACIONALIDADE.....	656
8. DIREITOS POLÍTICOS.....	660
9. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO.....	674
10. ORGANIZAÇÃO DO PODER EXECUTIVO	709
11. ORGANIZAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO. PROCESSO LEGISLATIVO.....	720
12. DA ORGANIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	750
13. DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	785
12. DIREITO ADMINISTRATIVO	793
1. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO E PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	793
2. PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	803
3. ATOS ADMINISTRATIVOS	818
4. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	854
5. SERVIDORES PÚBLICOS	873
6. BENS PÚBLICOS.....	885
7. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE	891
8. RESPONSABILIDADE DO ESTADO	897
9. SERVIÇOS PÚBLICOS	907
10. PROCESSO ADMINISTRATIVO – DISPOSIÇÕES GERAIS	917
13. DIREITO TRIBUTÁRIO	936
1. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA.....	936
2. PRINCÍPIOS	941
3. IMUNIDADES	946
4. DEFINIÇÃO DE TRIBUTO E ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS	951
5. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA – FONTES	955
6. VIGÊNCIA, APLICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO	958
7. FATO GERADOR E OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	962
8. LANÇAMENTO, CRÉDITO TRIBUTÁRIO	965
9. SUJEIÇÃO PASSIVA, RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA, CAPACIDADE E DOMICÍLIO.....	969
10. SUSPENSÃO, EXTINÇÃO E EXCLUSÃO DO CRÉDITO	978
11. REPARTIÇÃO DE RECEITAS	990
12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES EM ESPÉCIE.....	992
13. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO	1018
14. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, FISCALIZAÇÃO	1021
15. DÍVIDA ATIVA, INSCRIÇÃO, CERTIDÕES	1022
16. AÇÕES TRIBUTÁRIAS.....	1024
17. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.....	1028
18. MICROEMPRESAS – ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP.....	1029
19. CRIMES TRIBUTÁRIOS.....	1029
20. TEMAS COMBINADOS E OUTRAS MATÉRIAS	1031

14. DIREITO EMPRESARIAL	1032
1. TEORIA GERAL.....	1032
2. DIREITO SOCIETÁRIO	1038
3. DIREITO CAMBIÁRIO	1046
4. DIREITO CONCURSAL – FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO	1051
5. CONTRATOS EMPRESARIAIS	1056
6. PROPRIEDADE INTELECTUAL.....	1059
7. QUESTÕES COMBINADAS E OUTROS TEMAS	1060
15. DIREITO DO TRABALHO	1061
1. PRINCÍPIOS E FONTES DO DIREITO DO TRABALHO	1061
2. VÍNCULO EMPREGATÍCIO E CONTRATO DE TRABALHO	1064
3. RELAÇÕES DE TRABALHO	1072
4. TERCEIRIZAÇÃO	1076
5. JORNADA DE TRABALHO	1077
6. TRABALHO NOTURNO	1086
7. REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	1087
8. FÉRIAS	1088
9. REMUNERAÇÃO, SALÁRIO E RESSARCIMENTOS	1089
10. ACIDENTE, SUSPENSÃO E INTERRUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	1098
11. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	1110
12. ESTABILIDADE E GARANTIA NO EMPREGO	1116
13. FGTS	1118
14. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	1119
15. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	1120
16. PODER DIRETIVO	1122
17. DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	1122
18. TEMAS COMBINADOS.....	1125
16. DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	1126
1. JUSTIÇA DO TRABALHO E MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	1126
2. TEORIA GERAL E PRINCÍPIOS DO PROCESSO DO TRABALHO	1129
3. PRESCRIÇÃO.....	1130
4. COMPETÊNCIA.....	1130
5. CUSTAS, EMOLUMENTOS E HONORÁRIOS	1134
6. AUDIÊNCIA TRABALHISTA	1138
7. PARTES, ADVOGADOS, REPRESENTAÇÃO	1138
8. NULIDADES	1141
9. PROVAS.....	1142
10. PROCEDIMENTO (INCLUSIVE, ATOS PROCESSUAIS)	1146
11. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	1160
12. EXECUÇÃO	1161
13. EMBARGOS DE TERCEIRO	1166
14. COISA JULGADA E AÇÃO RESCISÓRIA	1167
15. INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE	1169
16. MANDADO DE SEGURANÇA.....	1170
17. TUTELAS DE URGÊNCIA.....	1172
18. DEMANDAS COLETIVAS (DISSÍDIO COLETIVO, AÇÃO CIVIL PÚBLICA, AÇÃO DE CUMPRIMENTO)	1172
19. RECURSOS	1174
20. QUESTÕES COMBINADAS.....	1185

17. DIREITO DO CONSUMIDOR	1186
1. CONCEITO DE CONSUMIDOR E RELAÇÃO DE CONSUMO.....	1186
2. PRINCÍPIOS E DIREITOS BÁSICOS	1187
3. RESPONSABILIDADE PELO FATO DO PRODUTO OU DO SERVIÇO E PRESCRIÇÃO	1189
4. RESPONSABILIDADE POR VÍCIO DO PRODUTO OU DO SERVIÇO E DECADÊNCIA.....	1191
5. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. RESPONSABILIDADE EM CASO DE GRUPO DE EMPRESAS	1194
6. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	1195
7. PRÁTICAS COMERCIAIS.....	1196
8. PROTEÇÃO CONTRATUAL	1200
9. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA	1204
10. RESPONSABILIDADE CRIMINAL	1205
11. DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO	1205
12. TEMAS COMBINADOS.....	1206
18. DIREITO AMBIENTAL	1207
1. PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO	1207
2. DIREITO AMBIENTAL CONSTITUCIONAL	1207
3. PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL.....	1209
4. LEI DE POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	1212
5. INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE.....	1213
6. PROTEÇÃO DA FLORA. CÓDIGO FLORESTAL	1222
7. RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL E PROTEÇÃO JUDICIAL DO MEIO AMBIENTE.....	1225
8. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA AMBIENTAL.....	1230
9. RESPONSABILIDADE PENAL AMBIENTAL	1231
10. RESÍDUOS SÓLIDOS.....	1232
11. RECURSOS HÍDRICOS	1233
12. DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL	1234
13. QUESTÕES COMBINADAS E OUTROS TEMAS	1234
19. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	1236
1. CONCEITOS BÁSICOS E PRINCÍPIOS.....	1236
2. DIREITOS FUNDAMENTAIS	1236
3. PREVENÇÃO.....	1243
4. POLÍTICA E ENTIDADES DE ATENDIMENTO	1244
5. MEDIDAS DE PROTEÇÃO	1245
6. MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E ATO INFRACIONAL – DIREITO MATERIAL	1246
7. ATO INFRACIONAL – DIREITO PROCESSUAL	1249
8. CONSELHO TUTELAR.....	1252
9. MINISTÉRIO PÚBLICO	1254
10. ACESSO À JUSTIÇA	1254
11. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	1254
12. CRIMES	1255
13. DECLARAÇÕES E CONVENÇÕES.....	1256
14. TEMAS COMBINADOS E OUTROS TEMAS.....	1257
20. PROCESSO COLETIVO	1261
1. INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS E PRINCÍPIOS.....	1261
2. COMPETÊNCIA, CONEXÃO, CONTINÊNCIA E LITISPENDÊNCIA	1262
3. LEGITIMAÇÃO, LEGITIMADOS, MINISTÉRIO PÚBLICO E LITISCONSÓRCIO	1263
4. OBJETO	1266

5.	COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO	1266
6.	AÇÃO, PROCEDIMENTO, TUTELA ANTECIPADA, MULTA, SENTENÇA, COISA JULGADA, RECURSOS, CUSTAS E QUESTÕES MISTAS	1267
21. DIREITO ELEITORAL		1268
1.	FONTES E PRINCÍPIOS DE DIREITO ELEITORAL	1268
2.	COMPETÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL	1269
3.	MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	1274
4.	ALISTAMENTO ELEITORAL E DIREITOS POLÍTICOS	1274
5.	CANCELAMENTO E EXCLUSÃO DE ELEITOR	1278
6.	PARTIDOS POLÍTICOS	1279
7.	INELEGIBILIDADE	1284
8.	ELEIÇÕES	1287
9.	AÇÕES, RECURSOS, IMPUGNAÇÕES	1305
10.	CRIMES ELEITORAIS E PROCESSO PENAL ELEITORAL	1306
11.	PROCESSO ELEITORAL	1309
12.	DIPLOMAÇÃO	1311
13.	QUESTÕES COMBINADAS	1311
22. DIREITO DO IDOSO		1313
1.	DIREITOS FUNDAMENTAIS	1313
2.	MEDIDAS DE PROTEÇÃO	1314
3.	ACESSO À JUSTIÇA	1314
4.	CRIMES	1314

BÔNUS ON-LINE

1. LÍNGUA PORTUGUESA E REDAÇÃO		1
1.	INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS	1
2.	REDAÇÃO, COESÃO E COERÊNCIA	38
3.	CONCORDÂNCIA VERBAL E CONCORDÂNCIA NOMINAL	49
4.	ANÁLISE SINTÁTICA	62
5.	QUESTÕES COMBINADAS	73
2. RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA		88
1.	ESTATÍSTICA	88
3. DIREITO CONSTITUCIONAL		92
1.	DEFESA DO ESTADO	92
2.	TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO	94
3.	ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	98
4.	ORDEM SOCIAL	102
5.	FAMÍLIA, CRIANÇA, ADOLESCENTE E IDOSO	107
6.	ÍNDIOS	107
7.	OUTROS TEMAS E TEMAS COMBINADOS	108
4. DIREITO ADMINISTRATIVO		111
1.	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	111
2.	OUTROS TEMAS E TEMAS COMBINADOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO	113
3.	LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	114
5. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		115
1.	RECURSOS HUMANOS	115

2.	GESTÃO E LIDERANÇA	118
3.	FERRAMENTAS E TÉCNICAS GERENCIAIS	119
4.	CULTURA E CLIMA ORGANIZACIONAL	120
5.	PROJETOS.....	121
6.	GESTÃO DE QUALIDADE	121
7.	COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	121
8.	ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS.....	121
6. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA		124
1.	PRINCÍPIOS E NORMAS GERAIS.....	124
2.	LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO.....	125
3.	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA.....	125
4.	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	125
5.	CRÉDITOS ADICIONAIS	126
7. ARQUIVOLOGIA		127
1.	CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE ARQUIVOLOGIA.....	127
2.	O GERENCIAMENTO DA INFORMAÇÃO E A GESTÃO DE DOCUMENTOS: DIAGNÓSTICOS; ARQUIVO CORRENTE E INTERMEDIÁRIO; PROTOCOLOS; AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS; ARQUIVOS PERMANENTES	127
3.	TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS E SUPORTES FÍSICOS: MICROFILMAGEM; AUTOMAÇÃO; PRESERVAÇÃO; CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE DOCUMENTOS	127
8. CONTABILIDADE		128
1.	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE	128
2.	CONTABILIDADE GERAL.....	128
3.	CONTABILIDADE COMERCIAL.....	146
4.	CONTABILIDADE DE CUSTOS	149
5.	CONTABILIDADE PÚBLICA	155
6.	ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	156
9. CONHECIMENTOS BANCÁRIOS E TEMAS CORRELATOS		160
1.	ABERTURA E MOVIMENTAÇÃO DE CONTAS	160
2.	PESSOA FÍSICA E PESSOA JURÍDICA.....	160
3.	CHEQUE	161
4.	SISTEMA DE PAGAMENTOS BRASILEIRO – SPB	162
5.	ESTRUTURA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL – SFN.....	162
6.	SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS.....	165
7.	MERCADO FINANCEIRO – MERCADO MONETÁRIO E DE CRÉDITO	167
8.	MERCADO DE CAPITAIS	169
9.	MERCADO DE CÂMBIO	173
10.	PRODUTOS BANCÁRIOS.....	174
11.	ATENDIMENTO	180
12.	LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DO BANCO CENTRAL.....	185
13.	QUESTÕES COMBINADAS E OUTROS TEMAS.....	185
10. DIREITO FINANCEIRO		190
1.	PRINCÍPIOS E NORMAS GERAIS.....	190
2.	LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO E PLANO PLURIANUAL – PPA.....	190
3.	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA.....	192
4.	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LRF.....	193
5.	RECEITAS.....	195
6.	DESPESAS	197

7.	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CRÉDITOS ADICIONAIS	199
8.	OPERAÇÕES DE CRÉDITO, DÍVIDA PÚBLICA.....	200
9.	PRECATÓRIOS.....	200
10.	CONTROLE, FISCALIZAÇÃO, TRIBUNAIS DE CONTAS.....	200
11. DIREITO ECONÔMICO		201
1.	ORDEM ECONÔMICA NA CONSTITUIÇÃO. MODELOS ECONÔMICOS	201
2.	INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	202
3.	SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	202
4.	SISTEMA BRASILEIRO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA – SBDC. LEI ANTITRUSTE	203
5.	QUESTÕES COMBINADAS E OUTROS TEMAS.....	203
12. DIREITO PREVIDENCIÁRIO		204
1.	PRINCÍPIOS E NORMAS GERAIS.....	204
2.	CUSTEIO.....	205
3.	SEGURADOS DA PREVIDÊNCIA E DEPENDENTES	206
4.	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.....	208
5.	ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS	210
6.	PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS.....	210
7.	ACIDENTES E DOENÇAS DO TRABALHO	211
8.	PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR	212
9.	ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE	212
13. DIREITO INTERNACIONAL E DIREITOS HUMANOS		213
1.	NACIONALIDADE.....	213
2.	COMPETÊNCIA INTERNACIONAL	213
3.	EXTRADIÇÃO.....	214
4.	TEORIA GERAL E DOCUMENTOS HISTÓRICOS.....	214
5.	CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS.....	214
6.	SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	215
7.	SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO ESPECÍFICA DOS DIREITOS HUMANOS.....	217
8.	SISTEMA REGIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	221
9.	DIREITOS HUMANOS NO BRASIL.....	232
14. DIREITO AGRÁRIO		246
1.	CONCEITOS E PRINCÍPIOS DO DIREITO AGRÁRIO	246
2.	CONTRATOS AGRÁRIOS	246
3.	USUCAPIÃO ESPECIAL RURAL	246
4.	AQUISIÇÃO E USO DA PROPRIEDADE E DA POSSE RURAL.....	247
5.	DESAPROPRIAÇÃO PARA A REFORMA AGRÁRIA.....	247
6.	TERRAS DEVOLUTAS	247
7.	TERRAS INDÍGENAS	248
15. DIREITO URBANÍSTICO		249
1.	NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	249
2.	ESTATUTO DAS CIDADES E INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA.....	249
3.	TEMAS COMBINADOS E OUTROS TEMAS.....	250
16. FORMAÇÃO HUMANÍSTICA		252
1.	SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA.....	252
2.	FILOSOFIA GERAL E JURÍDICA	254
17. AUDITORIA		259

18. LEGISLAÇÃO SOBRE AGÊNCIAS REGULADORAS	267
1. TEMAS BÁSICOS DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO	267
19. DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	270
1. PRINCÍPIOS	270
2. OBJETO E FINALIDADE DOS REGISTROS PÚBLICOS	270
3. FUNÇÃO E FÉ PÚBLICA REGISTRÁRIA	270
4. DELEGAÇÃO E ASPECTO INSTITUCIONAL DOS SERVIÇOS DE REGISTROS PÚBLICOS	271
5. DEONTOLOGIA: DIREITOS E DEVERES DE TABELIÃES, OFICIAIS DE REGISTRO E SEUS PREPOSTOS. DIREITOS E DEVERES PERANTE O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. DEVERES DE LEITURA, ATUALIZAÇÃO, INFORMAÇÕES E DECLARAÇÕES	271
6. TABELIONATO DE PROTESTO	272
7. REGISTRO DE IMÓVEIS	273
8. PESSOAS NATURAIS	273
9. REGISTRO CIVIL	274
10. REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS	274
11. TABELIONATO DE NOTAS	274
12. TEMAS COMBINADOS DE REGISTROS PÚBLICOS	275
20. PRINCÍPIOS E ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA	276
1. FUNÇÕES E PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS	276
2. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA	277
3. PRERROGATIVAS	282
4. INFRAÇÕES DISCIPLINARES	283
5. DEFINIÇÃO DE NECESSITADO E DIREITOS DOS ASSISTIDOS	283
6. JUSTIÇA GRATUITA – LEI 1.060/1950	284
7. COMBINADAS E OUTROS TEMAS	284
21. CONHECIMENTOS GERAIS	287
1. TEMAS LITERÁRIOS, COMBINADOS E DIVERSOS	287
2. POLÍTICA INTERNACIONAL	287
3. ECONOMIA	287
4. POLÍTICA BRASILEIRA	288
22. LÍNGUA ESTRANGEIRA	290
1. LÍNGUA INGLESA	290
2. LÍNGUA ESPANHOLA	299
23. ECONOMIA	301
1. MICROECONOMIA	301
2. MACROECONOMIA E ECONOMIA BRASILEIRA	301
3. SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	304
24. REGIMENTO INTERNO E LEGISLAÇÃO LOCAL	309

COMO USAR O LIVRO?

Para que você consiga um ótimo aproveitamento deste livro, atente para as seguintes orientações:

1º Tenha em mãos um **vademecum** ou um **computador** no qual você possa acessar os textos de lei citados.

Neste ponto, recomendamos o **Vade Mecum de Legislação FOCO** – confira em www.editorafoco.com.br.

2º Se você estiver estudando a teoria (fazendo um curso preparatório ou lendo resumos, livros ou apostilas), faça as questões correspondentes deste livro na medida em que for avançando no estudo da parte teórica.

3º Se você já avançou bem no estudo da teoria, leia cada capítulo deste livro até o final, e só passe para o novo capítulo quando acabar o anterior; vai mais uma dica: alterne capítulos de acordo com suas preferências; leia um capítulo de uma disciplina que você gosta e, depois, de uma que você não gosta ou não sabe muito, e assim sucessivamente.

4º Iniciada a resolução das questões, tome o cuidado de ler cada uma delas **sem olhar para o gabarito e para os comentários**; se a curiosidade for muito grande e você não conseguir controlar os olhos, tampe os comentários e os gabaritos com uma régua ou um papel; na primeira tentativa, é fundamental que resolva a questão sozinho; só assim você vai identificar suas deficiências e “pegar o jeito” de resolver as questões; marque com um lápis a resposta que entender correta, e só depois olhe o gabarito e os comentários.

5º **Leia com muita atenção o enunciado das questões.** Ele deve ser lido, no mínimo, duas vezes. Da segunda leitura em diante, começam a aparecer os detalhes, os pontos que não percebemos na primeira leitura.

6º **Grife as palavras-chave, as afirmações e a pergunta formulada.** Ao grifar as palavras importantes e as afirmações você fixará mais os pontos-chave e não se perderá no enunciado como um todo. Tenha atenção especial com as palavras “correto”, “incorreto”, “certo”, “errado”, “prescindível” e “imprescindível”.

7º Leia os comentários e **leia também cada dispositivo legal** neles mencionados; não tenha preguiça; abra o *vademecum* e leia os textos de leis citados, tanto os que explicam as alternativas corretas, como os que explicam o porquê de ser incorreta dada alternativa; você tem que conhecer bem a letra da lei, já que mais de 90% das respostas estão nela; mesmo que você já tenha entendido determinada questão, reforce sua memória e leia o texto legal indicado nos comentários.

8º Leia também os **textos legais que estão em volta** do dispositivo; por exemplo, se aparecer, em Direito Penal, uma questão cujo comentário remete ao dispositivo que trata de falsidade ideológica, aproveite para ler também os dispositivos que tratam dos outros crimes de falsidade; outro exemplo: se aparecer uma questão, em Direito Constitucional, que trate da composição do Conselho Nacional de Justiça, leia também as outras regras que regulamentam esse conselho.

9º Depois de resolver sozinho a questão e de ler cada comentário, você deve fazer uma **anotação ao lado da questão**, deixando claro o motivo de eventual erro que você tenha cometido; conheça os motivos mais comuns de erros na resolução das questões:

DL – “desconhecimento da lei”; quando a questão puder ser resolvida apenas com o conhecimento do texto de lei;

DD – “desconhecimento da doutrina”; quando a questão só puder ser resolvida com o conhecimento da doutrina;

DJ – “desconhecimento da jurisprudência”; quando a questão só puder ser resolvida com o conhecimento da jurisprudência;

FA – “falta de atenção”; quando você tiver errado a questão por não ter lido com cuidado o enunciado e as alternativas;

NUT - “não uso das técnicas”; quando você tiver se esquecido de usar as técnicas de resolução de questões objetivas, tais como as da **repetição de elementos** (“quanto mais elementos repetidos existirem, maior a chance de a alternativa ser correta”), das **afirmações generalizantes** (“afirmações generalizantes tendem a ser incorretas” - reconhece-se afirmações generalizantes pelas palavras *sempre, nunca, qualquer, absolutamente, apenas, só, somente exclusivamente* etc.), dos **conceitos compridos** (“os conceitos de maior extensão tendem a ser corretos”), entre outras.

obs: se você tiver interesse em fazer um Curso de “Técnicas de Resolução de Questões Objetivas”, recomendamos o curso criado a esse respeito pelo IEDI Cursos On-line: www.iedi.com.br.

10º Confie no **bom-senso**. Normalmente, a resposta correta é a que tem mais a ver com o bom-senso e com a ética. Não ache que todas as perguntas contêm uma pegadinha. Se aparecer um instituto que você não conhece, repare bem no seu nome e tente imaginar o seu significado.

11º Faça um levantamento do **percentual de acertos de cada disciplina** e dos **principais motivos que levaram aos erros cometidos**; de posse da primeira informação, verifique quais disciplinas merecem um reforço no estudo; e de posse da segunda informação, fique atento aos erros que você mais comete, para que eles não se repitam.

12º Uma semana antes da prova, faça uma **leitura dinâmica** de todas as anotações que você fez e leia de novo os dispositivos legais (e seu entorno) das questões em que você marcar “DL”, ou seja, desconhecimento da lei.

13º Para que você consiga ler o livro inteiro, faça um bom **planejamento**. Por exemplo, se você tiver 30 dias para ler a obra, divida o número de páginas do livro pelo número de dias que você tem, e cumpra, diariamente, o número de páginas necessárias para chegar até o fim. Se tiver sono ou preguiça, levante um pouco, beba água, masque chiclete ou leia em voz alta por algum tempo.

14º Desejo a você, também, muita **energia, disposição, foco, organização, disciplina, perseverança, amor e ética!**

Wander Garcia
Coordenador

1. LÍNGUA PORTUGUESA E REDAÇÃO

Eloy Gustavo de Souza, Fernanda Franco, Henrique Subi, Magally Dato e Rodrigo Ferreira de Lima*

1. SEMÂNTICA / ORTOGRAFIA / ACENTUAÇÃO GRÁFICA

(Analista – TRT/24ª – 2011 – FCC) As leis religiosas têm mais sublimidade; as leis civis dispõem de mais extensão.

A respeito da construção da frase acima, é correto afirmar que

- (A) o verbo *dispor* foi empregado no mesmo sentido que assume na frase A solidão dispõe o homem à melancolia.
- (B) da comparação entre leis civis e leis religiosas, expressa pelo termo mais, resulta a superioridade incontestada de uma delas.
- (C) entre os dois segmentos separados pelo ponto e vírgula estabelece-se uma relação de sentido equivalente ao da expressão ao passo que.
- (D) entre os dois segmentos separados por ponto e vírgula estabelece-se uma relação de sentido equivalente ao da expressão por conseguinte.
- (E) o verbo *dispor* foi empregado no mesmo sentido que assume na frase O sacristão dispõe o altar para a missa.

A: em “as leis civis dispõem”, o verbo *dispor* tem acepção de “conter, ter parte constituinte”; já em “A solidão dispõe”, o verbo tem a acepção de *preparar-se*; B e C: entre as orações estabelece-se uma relação de proporcionalidade; D: “por conseguinte” é uma conjunção que anuncia uma consequência; E: na oração dessa alternativa, o verbo *dispor* tem a acepção de *arrumar*.

Gabarito: C

(Analista – TRE/TO – 2011 – FCC) ... capaz de fornecer as mais diferentes soluções para questões humanas eminentes. (último parágrafo) Considerando-se o par de palavras **eminentes** / **iminentes**, é correto afirmar que se trata de exemplo de

- (A) homofonia.
- (B) antonímia.
- (C) sinonímia.
- (D) paronímia.
- (E) homonímia.

A: homofonia é relação entre duas ou mais palavras que, sendo diversas no significado e na grafia, se pronunciam de modo idêntico; B: antonímia é a qualidade das palavras antônimas; C: sinonímia é a qualidade dos vocábulos que têm significação muito próxima, permitindo que um seja escolhido pelo outro em alguns contextos; D: paronímia é semelhança entre palavras, quer por motivos etimológicos, quer por convergência fonética parcial; E: homonímia é relação entre formas linguísticas com significados diferentes, mas com a mesma forma gráfica e fônica ou apenas fônica.

Gabarito: D

(Analista – TRE/TO – 2011 – FCC) ... escolherei a *dedo* seu guarda-roupa e livros sérios para você ler.

A expressão *grifada* na frase acima pode ser substituída, sem prejuízo para o sentido original, por:

- (A) pessoalmente.
- (B) de modo incisivo.
- (C) apontando.
- (D) entre outras coisas.
- (E) cuidadosamente.

A expressão “a *dedo*” tem a acepção de algo feito com cuidado, criteriosamente.

Gabarito: E

(Analista – TRT/20ª – 2011 – FCC) Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

- (A) Muita gente imagina que literatura é aonde se escreve como se fala, embora hajam autores que consigam fazê-lo com arte.
- (B) O gosto literário dos antigos professores de português não suscitava qualquer dúvida quanto ao brilho da retórica exagerada.
- (C) A formulação mesma dos temas de redação era um indubitável encaminhamento do aluno para o estilo grandiloquente.
- (D) A linguagem rude de Paulo Honório não desestimulou-lhe de escrever um romance que se notabilizaria como literário.
- (E) Embora Graciliano Ramos ache mais preferível uma linguagem concisa do que a empolada, ele é um escritor bastante culto.

A: “Muita gente imagina que na literatura se escreve como se fala, embora haja autores que consegue fazê-lo com arte.”; B: “suscitava”; C: redação correta; D: “não o desestimulou a escrever”; E: “ache preferível.”

Gabarito: C

(Analista – TRE/AP – 2011 – FCC) A alternativa que apresenta frase correta é:

- (A) – Senhor Ministro, peço sua licença para advertir que Vossa Excelência se equivocais no julgamento dessa lei tão polêmica.
- (B) Seus companheiros, até os recém-contratados, não lhe atribuem nenhum deslize e crêem que esse é mais um injusto empecilho entre tantos com que ele já se defrontou.
- (C) Se eles não satisfizerem todas as exigências, não se têm como contratá-los sem enveredar pelo caminho da irregularidade.
- (D) O traumático episódio gerou grande ansiedade, excitação desmedida que lhe fez xingar e investir contra a pessoa mais cumpridora com seus deveres.
- (E) Caso ele venha a se opor, será uma compulsão a que ninguém deve compartilhar, sob perigo de todos os envolvidos se virem em situação de risco na empresa.

A: “se equivocou” (3ª pessoa do singular); B: o Novo Acordo Ortográfico determina a supressão do acento circunflexo das formas verbais

* Eloy Gustavo de Souza comentou as questões de Redação; Henrique Subi comentou as questões dos seguintes concursos: Analista TRT/2012, BB – Escriturário, CEF – Técnico Bancário e Agente de Polícia; Magally Dato comentou as questões dos seguintes concursos: Auditor fiscal, Auditor Tributário, Agente Fiscal, Fiscal de Tributos, Tribunais Técnico e Tribunais Analista; Fernanda Franco e Rodrigo Ferreira Lima comentaram as questões dos seguintes concursos: Analista ANS, Analista Bacen, Técnico Bacen e Técnico Legislativo; Fernanda Franco e Eloy Gustavo de Souza comentaram as questões do concurso para Oficial de Chancelaria.

terminadas em “-eem”; **C**: a forma verbal “satisfazerem” existe. Trata-se do infinitivo conjugado. Preste atenção que a oração desse alternativa começa com um pronome condicional (“se”). Desse modo, usaremos o futuro do subjuntivo “satisfizerem”. A oração corretamente redigida fica: “Se eles não satisfizerem todas as exigências”. Na língua falada é muito comum essa troca. Dê especial atenção a isso, pois é tema comum nas questões de concursos. **D**: a oração poderia ser reescrita. Uma possibilidade é: “O traumático episódio gerou grande ansiedade e excitação desmedida. Xingaram e investiram contra a pessoa mais cumpridora com seus deveres.”; **E**: “será uma compulsão que ninguém deve compartilhar”.

„B. 01114096

(Analista – TRE/AP – 2011 – FCC) Está correta a seguinte frase:

- (A) Ainda que os méritos pela execução do projeto não coubessem àquele engenheiro, foram-lhe logo atribuídos, mas ele, com humildade, não hesitou em recusá-los.
- (B) Parecia haver muitas razões para que seus estudos de meteorologia não convencesse, mas a mais excêntrica era inventar pretextos inverossímeis para seus erros.
- (C) Devem fazer mais de seis meses que ele não constrói nenhuma maquete, talvez por estresse; por isso, muitos são a favor de que lhe seja concedido as férias acumuladas.
- (D) Ele é especialista em vegetais euros-siberianos, motivo das suas análises serem feitas em extensa faixa da Europa e dele viajar tão à vontade.
- (E) Ao que me disseram, tratam-se de questões totalmente irrelevantes para o pesquisador, mas, mesmo assim, jornalistas tentam assessorá-lo na divulgação delas.

B: verifique a ortografia: meteorologia; **C**: o verbo *fazer* quando indica tempo decorrido é impessoal: “Deve fazer mais de seis meses que ele não constrói [note a ortografia da 3ª pessoa do singular do presente do indicativo] (...) muitos são a favor de que lhe sejam concedidas as férias [verifique a concordância verbal – ‘que as férias sejam concedidas’]”; **D**: ortografia: análises; o pronome *dele* é possessivo e não funciona como sujeito, porém há algumas gramáticas que já aceitam o seu uso. De qualquer modo, sejamos conservadores considerando como forma correta: “de ele viajar”. O pronome pessoa “ele” é o sujeito do verbo viajar; **E**: o verbo *tratar* é transitivo indireto em “trata-se de questões”, o *se* é índice de indeterminação do sujeito. Nesse caso, o verbo sempre permanece no singular, uma vez que não o sujeito não está determinado para indicar a concordância. Quanto à concordância nominal, o adjetivo concorda em gênero (quando for o caso) e número com o substantivo: “questões irrelevantes”.

„A. 01114096

(Analista – TRT/18ª – 2008 – FCC) Está correta a grafia de todas as palavras da frase:

- (A) Muitos se deixam embalar por um mixto de torpor e devaneio, quando se entretém à janela do ônibus.
- (B) Tentou convencer o jovem a desligar a engenhoca, mas não obteve sucesso nessa tentativa de dissuasão.
- (C) Que temos nós a haver com o relatório que deixou frustrado aquele executivo?
- (D) Por que não se institue a determinação de por um fim ao abuso dos ruídos no interior de um ônibus?
- (E) É difícil explicar o porquê de tanta gente sentir-se extasiada diante das iniquidades de um filme violento.

A: misto; **B**: dissuasão; **C**: frustrado; **D**: instituir; **E**: a palavra “porquê” é um substantivo e está corretamente grafada. A palavra “iniquidade” não leva mais trema, de acordo com o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

„E. 01114096

(Analista – TRF/5ª – 2008 – FCC) Todas as palavras estão corretamente grafadas na frase:

- (A) Ela não crê em rixa, mas em complementaridade entre o pessimismo e o otimismo, admitindo, assim, flexibilização das sensações humanas.
- (B) As sensações espectantes produzem, entre os mais pessimistas, muito temor, e entre os otimistas, uma gososa, deleitosa ansiedade.
- (C) Algumas pessoas não admitem hesitação ou abstenção, quando nos inquirem: você se arroula entre os pessimistas ou entre os otimistas?
- (D) Em tese, não se deve privilegiar o otimismo ou o pessimismo; esses humores não reinvidicam, por si mesmos, nenhuma hegemonia.
- (E) O autor do texto se apoia na tese segundo a qual não se deve discriminar em definitivo entre o pessimismo e o otimismo.

A: a grafia das palavras dessa assertiva está correta; **B**: expectantes; gozosa (*aquilo que resulta em satisfação*); **C**: abstenção; arroula (verbo *arrolar* [*inscrever-se*] na 3ª pessoa do singular do presente do indicativo); **D**: privilegiar; reivindicam; **E**: o verbo *apoiar* na 3ª pessoa do singular do presente do indicativo (“apoia”) não leva acento de acordo com o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa; discriminar (distinguir).

„A. 01114096

(Analista – TRT/18ª – 2008 – FCC) Claro que você também se inteirará dos detalhes da vida doméstica de muita gente (...)

A frase acima conservará o sentido básico, sem prejuízo para a correção, substituindo-se o elemento sublinhado por:

- (A) estará à corrente.
- (B) ficará ao par.
- (C) abeirar-se-á.
- (D) certificar-se-á.
- (E) tomará ciência.

A e B: a expressão correta é estar “ao corrente de”, que significa ciente de, “a par de”; **C**: *abeirar* significa chegar perto de, aproximar-se; **D**: *certificar* é atestar; **E**: a palavra *ciência* tem a acepção de conhecimento aprofundado de algo, significado que se encaixa na oração.

„E. 01114096

(Analista – TRF/4ª – 2007 – FCC) Em *perpetuei e transmiti o respeito de meus pais pelas ficções*, não haverá necessidade de se alterar ou introduzir qualquer outro elemento nessa frase caso se substitua *perpetuei e transmiti* por

- (A) honrei e convivi.
- (B) herdei e difundi.
- (C) habituei-me e aprendi.
- (D) orgulhei-me e admirei.
- (E) rendi-me e louvei.

A: “honrei o respeito; convivi com o respeito”; **B**: assim como os verbos *perpetuar* e *transmitir*, os verbos *herdar* e *difundir* são transitivos diretos: “herdei e difundi o respeito”; **C**: “habituei-me com o respeito e aprendi o respeito”; **D**: “orgulhei-me do respeito e admirei o respeito”; **E**: “rendi-me ao respeito e louvei o respeito”.

„B. 01114096

(Analista – TRT/23ª – 2007 – FCC) Estão corretos o emprego e a grafia de todas as palavras da frase:

- (A) A corrupção só se extingue ou diminui quando os justos intervêm para que as boas causas prevaleçam.
- (B) Os homens que usufruem de vantagens a que não fazem jus cultivam a hipocrisia de proparar discursos moralizantes.

- (C) Contra tantos canalhas audazes há que haver a reação dos que têm a probidade como um valor inerente ao exercício da cidadania.
- (D) Há uma inextricável correlação entre a apatia dos bons cidadãos e a desenvoltura com que agem os foras-da-lei.
- (E) Depreende-se que houve êxito das iniciativas dos homens de bem quando os prevaricadores sentiram cerceada sua área de atuação.

A: diminui (verbo diminuir na 3ª pessoa do singular do presente do indicativo); **B:** prevaleçam; **C:** audazes; **D:** inextricável; fora da lei (locação adverbial); **E:** depreende-se.

Gabarrão

(Analista – TRF/2º – 2007 – FCC) A frase em que a grafia e a acentuação estão em conformidade com as prescrições da norma padrão da Língua Portuguesa é:

- (A) Ao se estender esse vizez interpretativo, correm o risco de por tudo à perder, na medida em que será alterada a estratégia da pesquisa previamente adotada.
- (B) Sua pretensão ao consenso esvaiu-se quase que de repente, quando notou que entorno de si as pessoas mais pareciam descansar que dispostas à debates.
- (C) Tomou como ultraje a displicência com que foi recebido, adivinhando que o mal-estar que impregnava o ambiente era mais que uma questão eminentemente pessoal.
- (D) Estava atrás de um acessório que o dispensasse de promover a limpeza do aparelho e sua conseqüente manutenção depois de cada utilização, mas não pôde achá-lo por ali.
- (E) Quando se considera a par do tema, ajuíza sem medo, mas, ao se compreender insipiente, pára tudo e pede aos especialistas que o catequizeem no assunto para não passar por néscio.

A: viés; pôr [acentuado] tudo a [não ocorre a crase antes de verbo] perder; **B:** “Sua pretensão”; em torno (à volta de); “dispostas a [preposição] debates”; **C:** ultraje; adivinhando; **D:** dispensasse; conseqüente; ali; **E:** “para tudo” (o verbo *parar* na 3ª pessoa do singular recebia acento diferencial. De acordo com o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, não há mais esse acento. A questão é de 2007 (anterior ao Acordo), de modo que a assertiva era considerada correta).

Gabarrão

Atenção: A próxima questão baseia-se no texto abaixo.

- 1 A Norma (1831) é claramente uma ópera que encena, numa suposta rebelião gaulesa contra a tutela romana na Antiguidade, a desejada libertação dos italianos em face das potências estrangeiras – no caso, certamente a Áustria – que lhes vedam a independência e a unidade nacional. Como é de praxe em boa parte das óperas italianas do século XIX, ao posicionamento progressista nas grandes questões sociais ou nacionais se opõe um lastro, geralmente ocultado, que é de natureza mais propriamente pessoal, e serve de enorme peso – inconsciente, posto que até então desconhecido – contra aquela tomada de partido em favor [...] do “bem” ou, pelo menos, da justiça e do progresso. Esse modelo aparece, para citarmos apenas algumas óperas, nas
- 15 Vespri Sicilianis e no Trovatore de Verdi; poder-se-ia argumentar que a Traviata procede do mesmo modo. Assim, um recorte se delinea inicialmente, a opor as causas progressistas (a pátria livre, seja ela a Gália, a Sicília ou qualquer outra; a defesa dos pobres; a união de quem se ama) ao que existe de mais retrógrado; porém, a dramaticidade não procederá do conflito, num

mesmo nível, entre progressistas e reacionários, mas da irrupção, no âmago mesmo da causa revolucionária avançada, de um elemento pessoal marcado pelo acumpliciamento secreto, arcaico e culpável com o inimigo. Dessa forma, o herói libertador dos sicilianos nas Vespri é na verdade filho ilegítimo do governador francês, o trovador, na ópera homônima, é o irmão perdido de seu próprio perseguidor – e aqui, na Norma, a sacerdotiza suprema dos gauleses é amante do chefe romano. É isso o que dilacera a alma, tanto do ator-cantor como do expectador-ouvinte, e confere a essas óperas seu caráter trágico.

(Analista – ANS – 2007 – FCC) Considerando sempre o contexto, diz-se com correção que

- (A) a palavra *mesmo* (linhas 16, 22 e 23) apresenta, em suas três ocorrências, idênticos valor e sentido.
- (B) as palavras *lastro* (linha 9) e *acumpliciamento* (linha 25) estão em relação de antonímia.
- (C) o segmento *um recorte se delinea inicialmente* (linha 17) está corretamente interpretado assim: “uma ruptura em princípio se impõe”.
- (D) as formas verbais *procede* (linha 16) e *procederá* (linha 21) expressam o mesmo significado, embora remetam a tempos e modos distintos.
- (E) as palavras *justiça* e *progresso* (linha 13) foram empregadas com significação menos abrangente que a de “bem”.

A: incorreta, pois a palavra *mesmo* na linha 16 e 22 possui o valor semântico sinônimo de “igual” (“de modo igual”, “num nível igual”). Já na linha 23, tem valor enfático e equivale semanticamente a “realmente”; **B:** incorreta, pois o termo “lastro” foi usado como sinônimo de “peso”, é justamente aquilo que causa o conflito essencial das óperas analisadas. O termo “acumpliciamento” reforça a mesma ideia do conflito, já que mostra como a questão pessoal nega a ideológica, sendo o “lastro” a causa do “acumpliciamento”; **C:** incorreta, pois o trecho original apresenta uma sutileza que não se confirma na interpretação. Os termos *recorte* e *delineia* indicam que a situação se mostra ainda não tão claramente. Já os termos *ruptura* e *impõe* mostram o oposto, como se desde o início a situação fosse clara e evidente de forma brusca; **D:** incorreta, pois, na linha 16, o verbo “procede” é usado no sentido de “conduzir-se ou portar-se (algum) [de determinada maneira]; agir, atuar, haver-se <p. bem> <p. mal>” (*Dicionário Houaiss*), La Traviata comporta-se da mesma forma. Já na linha 21, o verbo foi usado na acepção de “(t.i.) [prep.: de] ter como ponto de partida (um lugar); vir, provir” (*Dicionário Houaiss*), ou seja, a dramaticidade não terá como ponto de partida o conflito entre progressistas e reacionários. Ainda, as duas formas verbais estão conjugadas no modo indicativo, a primeira no presente e a segunda no futuro do presente; **E:** correta, pois, na estrutura do texto, nota-se que “bem” foi usado de maneira genérica e imprecisa, por isso, exatamente, está entre aspas. Os termos *justiça* e *progresso* especificam a visão ideológica do bem nas óperas. Tal relação entre os termos fica clara pelo uso da expressão “ou, pelo menos”, que indica um recorte claro do significado do termo anterior.

Gabarrão

Os números do relatório da CPI dedicada originalmente aos Correios são expressivos, dos milhares de páginas de texto e documentos aos mais de cem acusados. É o tempo do espanto. Um oceano nos separa, contudo, do resultado concreto, o das absolvições e o das punições. Os dois momentos do mar imenso entre relatório e resultado estão no julgamento final, cuja tendência é pessimista, a contar de exemplos recentes. Não deveria ser.

Não deveria ser pela natureza mesma das comissões parlamentares de inquérito, cujo nome é raramente objeto

de meditação até pelos operários do direito. “Comissão”, além do significado mercantil (depreciativo, no caso do Parlamento), do dinheiro pago em remuneração de serviço, é também o do grupamento encarregado de realizar tarefa de interesse comum. Interesse comum? Não. De interesses conflituosos pela própria natureza política de seu trabalho, pois o vocábulo “parlamentares” as afirma integradas por componentes de uma das casas do Congresso ou mistas, funcionando segundo seus regimentos internos. (...)

“As comissões são úteis ou necessárias?”, perguntará o leitor. Sem a menor dúvida e vigorosamente, respondo sim. Há abusos. São lamentáveis, mas inerentes à vida parlamentar, no Brasil e em qualquer país onde haja comissões parlamentares. Se os legisladores devem ser a expressão média de seu povo, fica manifesto que os parlamentos sejam compostos por homens e mulheres de bem, dedicados e honestos, mas também por pilantras, patifes, cachaceiros, delinquentes e assim por diante. (...) Seria ideal que o povo escolhesse melhor seus representantes, dizem as elites, mas sem razão. O povo vota sob influência do poder econômico, após seleção dos favoritos de chefes partidários, para exclusão dos que assumam linha independente da adotada pelas lideranças e assim por diante.

Voltando à CPI dos Correios, cabe esclarecer por que há um oceano entre o relatório e o resultado. “Inquérito” é trabalho de apuração. Se bem feito, propicia bom material aos julgadores. Se malfeito, facilita a “pizza”, essa maravilhosa invenção atribuída aos italianos em geral, mas que vem do sul da Itália. “Pizza” transformada em cambalacho e tapeação? Não necessariamente. Muitas vezes o defeito da distância entre a apuração e o julgamento está naquela, e não neste, principalmente se for judicial. O mal do julgamento político está em que não considera seu efeito paralelo do desprestígio para o Parlamento como um todo. No caso atual, porém, não se pode negar que já houve resultados apreciáveis. Para o relatório lido nesta semana cabe esperar pela travessia do oceano e torcer para que chegue a bom porto.

(W. Ceneviva. **Folha de S. Paulo**. 01/04/2006, C2.)

(Técnico Judiciário – TRT/14ª – 2011 – FCC) Das frases abaixo só NÃO há erros de ortografia em:

- (A) O consumo de proteínas e gorduras em exceço pode ser nossivo para o processo digestivo.
- (B) Manter o organismo mau hidratado pode prejudicar a eliminação de toxínas e provocar sérios problemas de saúde.
- (C) Carbohidratos ricos em fibras são importantes aliados para manter estável o nível de energia do organismo.
- (D) Sabe-se que uma substancia encontrada no guaraná pode estimular a função cerebral e auxiliar na concentração.
- (E) Consumir alimentos ricos em vitaminas e minerais pode ajudar a reduzir os efeitos negativos do estresse.

A: excesso, nocivo; **B:** mal (mal hidratado), toxinas (paroxitona não leva acento quando terminada em a); **C:** carboidratos, nível (paroxitona terminada em l é acentuada); **D:** substância (paroxitona terminada em ditongo crescente é acentuada), concentração.

Gabarito

(Técnico Judiciário – TRE/AP – 2011 – FCC) Entre as frases que seguem, a única correta é:

- (A) Ele se esqueceu de que?
- (B) Era tão ruim aquele texto, que não deu para distribuí-lo entre os presentes.
- (C) Embora devêssemos, não fomos excessivos nas críticas.
- (D) O juiz nunca negou-se a atender às reivindicações dos funcionários.
- (E) Não sei por que ele mereceria minha consideração.

A: “Ele se esqueceu de quê?”; **B:** “Era tão ruim” (não há acento gráfico); **C:** “Embora devêssemos”; **D:** a palavra juiz não é acentuada.

Gabarito

(Técnico Judiciário – TRE/RS – 2010 – FCC) A frase totalmente correta do ponto de vista da grafia e/ou da acentuação é:

- (A) É o caso de se por em discussão se ele realmente crê na veracidade dos dados.
- (B) Referiu-se àquilo que todos esperavam - sua ascensão na empresa -, com um misto de humildade e prepotência.
- (C) Enquanto construímos esta ala, eles constroem a reservada aos aparelhos de rejuvenescimento.
- (D) Ele é sempre muito cortês, mas não pode evitar que sua ogeriza à ela transpareça.
- (E) Assinou o cheque, mas ninguém advinha o valor registrado, porisso foi devinguido pelo banco.

A: pôr é verbo; **C:** construímos, rejuvenescimento; **D:** ojeriza, a ela; **E:** “adivinha o valor registrado”; por isso.

Gabarito

(Auditor Fiscal/PB – 2006 – FCC) **Se bem feito**, propicia bom material aos julgadores.

No texto, o conectivo **se** pode ser substituído, sem alteração de sentido, por

- (A) quando.
- (B) mesmo.
- (C) caso.
- (D) embora.
- (E) mas.

A conjunção **se** em “**Se bem feito**” (último parágrafo) pode ser substituída por **caso** (“Caso bem feito”).

Gabarito

(Auditor Fiscal/PB – 2006 – FCC) Os números do relatório da CPI dedicada originalmente aos Correios são expressivos, dos milhares de páginas de texto e documentos aos mais de cem acusados.

O período acima está corretamente reescrito, mantendo o sentido original, em:

- (A) A CPI que, a princípio, investigava apenas os Correios, ampliou seu raio de ação, conseguiu um número expressivo de documentos porque produziu um relatório de milhares de páginas e pode incriminar mais de cem pessoas.
- (B) A CPI que, a princípio, investigou apenas os Correios, mas ampliou seu raio de ação, conseguiu um número expressivo de documentos que produziu um relatório de milhares de páginas portanto, pode incriminar mais de cem pessoas.
- (C) A CPI que, em princípio, investigaria apenas os Correios, delimitou seu raio de ação, conseguiu um

número expressivo de documentos, produziu um relatório de milhares de páginas podendo incriminar mais de cem pessoas.

- (D) A CPI que, a princípio, investigaria apenas os Correios, ampliou seu raio de ação, conseguiu um número expressivo de documentos, produziu um relatório de milhares de páginas e pode incriminar mais de cem pessoas.
- (E) A CPI que, em princípio, investigaria apenas os Correios, decolou: para poder incriminar mais de cem pessoas, delimitou seu raio de ação e conseguiu um número expressivo de documentos.

Para responder a questão é importante lembrar a diferença entre as expressões *a princípio* e *em princípio*. *A princípio* significa “antes de mais nada”, “inicialmente”; *em princípio* significa “em tese”. Além disso, deve-se ler com atenção a redação original para que se percebam as relações entre os termos. Por exemplo, a alternativa **A**: “A CPI (...) conseguiu (...) documentos porque produziu um relatório.” Essa relação de causa não está expressa na redação original; **B**: a redação opõe o “ampliar o raio de ação” à “investigação do Correios”. Essa relação adversativa não está expressa na redação original; **C**: além do uso inadequado de *em princípio*, pela análise do texto original, a CPI não “delimitou”. **D**: está correta; **E**: além do uso inadequado de *em princípio*, pela análise do texto original, a CPI não “delimitou seu raio de ação”.

Gabarrão “D”

(Auditor Fiscal/PB – 2006 – FCC) Nas frases

- I. O mau julgamento político de suas ações não preocupa os deputados corruptos. Para eles, o mal está na mídia impressa ou televisiva.
- II. Não há nenhum mau na utilização do Caixa 2. Os recursos não contabilizados não são um mau, porque todos os políticos o utilizam.
- III. É mau apenas lamentar a atitude dos políticos. O povo poderá puni-los com o voto nas eleições que se aproximam. Nesse momento, como diz o ditado popular, eles estarão em mal lençóis.

o emprego dos termos **mal** e **mau** está correto APENAS em

- (A) I.
(B) I e II.
(C) II.
(D) III.
(E) I e III.

A palavra *mau* é adjetivo. Modifica um nome e pode ser flexionada. Seu antônimo é *bom*. *Mal* é advérbio que não pode ser flexionado. Modifica um nome, um verbo ou um advérbio. Seu antônimo é *bem*. *Mal* e *mau* podem, também, ser substantivos. I: correta – “O mau [substantivo] julgamento político (...) o mal [advérbio] está na mídia (...)”; II: incorreta – “Não há nenhum mal (...)”. Os recursos (...) não são um mau [substantivo] (...)”; III: incorreta – “É mal [advérbio] apenas lamentar (...) eles estarão em maus [adjetivo] lençóis.”

Gabarrão “A”

(Agente Fiscal de Rendas/SP – 2006 – FCC) Outra compensação encontrava eu em *desfrutar*, ainda que vagamente, da sombra da autoridade que *emana* de um fiscal de rendas.

Todas as palavras da frase acima poderão permanecer rigorosamente as mesmas caso as formas verbais sublinhadas sejam substituídas por, respectivamente,

- (A) incorporar e projeta.
(B) usufruir e provém.
(C) beneficiar e instila.
(D) comprazer-me e esparge.
(E) deleitar-me e se associa.

A palavra *desfrutar* tem a acepção de gozar, lograr e usufruir. A palavra *emanar* significa vir de, ter origem em, provir. A alternativa B apresenta as duas formas verbais que podem ser substituídas sem que haja alterações na frase.

Gabarrão “B”

(Fiscal de Tributos/Santos-SP – 2005 – FCC) (...) que carregamos sem saber por que, apenas porque nos deram para carregar. As formas sublinhadas preencherão corretamente, na mesma ordem, as lacunas da frase:

- (A) Queria saber o de os filhos se esquecerem dos pais; será é uma lei da natureza?
(B) Não se sabe razão se esquecem os filhos dos pais, qual o de os deixarem de lado.
(C) A mãe é mais importante ela é absolutamente necessária nos primeiros anos do filho, não há o pai ficar enciumado.
(D) o cronista não explica seu ceticismo? o leitor fica se perguntando, sem atinar com o de tamanha melancolia.
(E) Embora o cronista não diga se tornou tão melancólico, o leitor deixa-se abater um pouco, suspeita quais sejam as razões.

No uso do *por que* (*separado, sem acento: preposição por mais pronome que*) está subentendida a ideia de razão, causa (“por qual razão”). Em algumas situações, pode ser substituído por *pelo qual*. O *porque* (junto, sem acento) está sempre ligando orações, indicando explicação, causa ou finalidade. Já o *porquê* junto e acentuado é um substantivo que pode vir precedido por artigo (ou pronome) e tem a acepção de “o motivo pelo qual”. **A**: “Queria saber o porquê de os filhos se esquecerem dos pais; será porque é uma lei da natureza?”; **B**: “Não se sabe por que razão se esquecem os filhos dos pais, qual o porquê de os deixarem de lado.”; **C**: “A mãe é mais importante porque ela é absolutamente necessária nos primeiros anos do filho, não há porque o pai ficar enciumado.”; **D**: “Por que o cronista não explica seu ceticismo? o leitor fica se perguntando, sem atinar com o porquê de tamanha melancolia.”; **E**: “Embora o cronista não diga por que se tornou tão melancólico, o leitor deixa-se abater um pouco, porque suspeita quais sejam as razões.”

Gabarrão “E”

(Fiscal de Tributos/Santos-SP – 2005 – FCC) Entre as frases /A mãe é necessária/ e /sua agonia é mais lenta e bela/ pode-se colocar, para explicitar a relação de sentido que elas mantêm entre si, a expressão

- (A) nem assim.
(B) e por isso.
(C) desde que.
(D) mesmo porque.
(E) ainda quando.

“A mãe é necessária e por isso sua agonia é mais lenta e bela.” A agonia da mãe é mais lenta e bela, pela necessidade que a mãe representa. As outras conjunções não têm essa ideia explicativa.

Gabarrão “B”

(Analista – TRT/3ª – 2005 – FCC) A geração de 68 lutou para derrubar o sistema; hoje o sistema cai a toda hora.

Na frase acima, a repetição da palavra *sistema* explora o mesmo recurso expressivo alcançado pela repetição de palavra que ocorre na frase:

- (A) É um sujeito arrogante, ninguém consegue mais suportar a vaidade daquele sujeito.
(B) A roupa informal, o comportamento informal, tudo nela revela sua espontaneidade, sua descontração.

- (C) Valeu-se de uma operação de crédito para tentar restabelecer o crédito com que o distinguiam os amigos mais próximos.
- (D) Ao propor novos tributos, a comissão não avaliou o quanto os tributos antigos já exauriam os recursos dos contribuintes mais pobres.
- (E) A fragilização do mercado de ações acabou por redundar na fragilização de um grande número de empresas nacionais.

A palavra *sistema* está sendo usada em dois sentidos diversos: 1) conjunto das instituições a que os indivíduos se subordinam e 2) por extensão de sentido, *sistema* (computacional), que, de acordo com Houaiss é a “inter-relação das partes, elementos ou unidades que fazem funcionar uma estrutura organizada”. A seguir, detalhamos cada assertiva. **A:** a palavra *sujeito* nas duas ocorrências está sendo usada no sentido de “pessoa cujo nome não se enuncia”; **B:** a palavra *informal* nas duas ocorrências está sendo usada no sentido de “não convencional”; **C:** a palavra *crédito* está sendo usada em dois sentidos diversos. Em “operação de crédito” a acepção é de operação financeira (empréstimo) e em “restabelecer o crédito” o significado da palavra *crédito* é confiança; **D:** a palavra *tributos* nas duas ocorrências está sendo usada no sentido de exação fiscal (impostos, taxas, contribuições); **E:** a palavra *fragilização* nas duas ocorrências está sendo usada no sentido de “pouco estável”.

„C. oimreba“

(Analista – TRT/3ª – 2005 – FCC) *Alguns velhos homens de letras olham com preconceito essa tribo, como se ela fosse composta apenas de jovens, e ainda por cima iletrados.*

Pode-se substituir o segmento sublinhado, sem prejuízo para o sentido da frase acima, pela expressão

- (A) sobretudo os iletrados.
- (B) e ainda assim iletrados.
- (C) sem falar nos iletrados.
- (D) inclusive os iletrados.
- (E) além de tudo iletrados.

A locução “ainda por cima” pode ser substituída por “além de tudo” ou “além do mais”. Essa expressão transmite a ideia de algo que está a mais no contexto. **A:** *sobretudo* traz a ideia de “especialmente”; **B:** “ainda assim” tem como sinônimos “não obstante, apesar disso”; **C:** a expressão “sem falar” tem a acepção de “excetuar”.

„C. oimreba“

(Analista – TRT/11ª – 2005 – FCC) A frase em que NÃO há ambiguidade de sentido é:

- (A) Esse é o tipo de técnico de um time que ninguém deseja que se torne campeão.
- (B) Ele é o autor de romance que faz enorme sucesso junto ao público feminino.
- (C) A razão que ela me deu para ingressar em sua associação só me fez desconfiar ainda mais dela.
- (D) Gostaria que você consultasse sua mãe, antes de ceder sua chácara por ocasião da nossa formatura.
- (E) Quando ela me entregou a carta, percebi logo que as notícias não deviam ser as mais alvissareiras.

A: não está claro se a oração “que se torne campeão” está ligada a técnico ou a time; **B:** não está claro se a oração “que faz enorme sucesso junto ao público feminino” está ligada ao autor ou ao romance, isto é, não está claro quem ou o que faz sucesso; **C:** o pronome demonstrativo “dela” pode se referir tanto à “associação” quanto ao sujeito do verbo *dar* (“ela”).

„C. oimreba“

As verdades da Ciência

Li recentemente nos jornais que o renomado cientista Stephen Hawking fez uma declaração sensacional, para dizer o mínimo. Afirma que cometeu um erro ao enunciar, nos anos 70, a sua teoria dos buracos negros, e agora se prepara para apresentar as devidas correções diante de um plenário de cientistas. Para entender o de que vou aqui tratar não é necessário saber o que são os buracos negros; basta lembrar que constituem uma das questões mais controversas e cativantes da astrofísica moderna.

Para os que lidam com as ciências, não há nada de excepcional nessa atitude de Hawking, mas entendo que o episódio deva ser levado ao conhecimento dos jovens de todas as escolas não fundamentalistas e leigas, para que reflitam sobre os princípios da ciência moderna. Esta não crê que o novo está sempre certo, ou que a verdade reside congelada num passado remoto. Ao contrário, ela se baseia no princípio da “falibilidade”, segundo o qual a ciência avança corrigindo-se constantemente, desmentindo suas hipóteses por meios de tentativa e erro, reconhecendo os próprios enganos e considerando que um experimento malsucedido não é um fracasso, podendo ser tão valioso quanto outro bem-sucedido, por provar que determinada linha de pesquisa estava equivocada, e que é necessário corrigi-la, ou mesmo recomeçar do zero.

Esse modo de pensar opõe-se a todas as formas de fundamentalismo, a todas as interpretações literais das sagradas escrituras – também passíveis de constante reinterpretção – e a todas as certezas dogmáticas das próprias ideias.

Essa é a boa “filosofia”, no sentido cotidiano e socrático do termo, que a escola deveria ensinar.

Umberto Eco (Adaptado do site <http://revistaentrelivros.uol.com.br>)

(Analista – TRE/MG – 2005 – FCC) Esta é uma das acepções da palavra fundamentalismo, no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa: qualquer corrente, movimento ou atitude, de cunho conservador e integrista, que enfatiza a obediência rigorosa e literal a um conjunto de princípios básicos.

Considerando-se essa acepção, o fundamentalismo a que se refere Umberto Eco em seu texto

- (A) está na base do desenvolvimento da ciência moderna, cujos sólidos princípios devem merecer e inspirar a reflexão dos jovens.
- (B) caracteriza toda experimentação científica que, partindo de princípios rigorosos, admita negá-los, quando necessário.
- (C) contraria o princípio da falibilidade da ciência moderna, segundo o qual os fracassos têm sua importância para o caminho do acerto.
- (D) contraria o método científico da tentativa e erro, segundo o qual uma verdade só se afirma quando se mostra infalível.
- (E) corrige o excesso de confiança nos princípios da ciência moderna, segundo os quais não haveria erros ou equívocos absolutos.

Rer o trecho: “entendo que o episódio deva ser levado (...). Ao contrário, ela se baseia no princípio da ‘falibilidade’, segundo o qual a ciência avança corrigindo-se constantemente”.

„C„ 0111111111

(Analista – TRT/3ª – 2005 – FCC) Estão corretos o emprego e a grafia de todas as palavras da frase:

- (A) É costume discriminar-se os jovens, e a razão maior está em serem jovens, e não em alguns de seus hábitos que fossem em si mesmos perniciosos.
- (B) A incorporação de um novo léxico é uma das consequências de todo amplo avanço tecnológico, já que este induz à criação ou recriação de palavras para nomear novos referentes.
- (C) Um pequeno glossário, capaz de elucidar a nova terminologia da informática, contribui muito para afastar os percalços do caminho dos usuários iniciantes, aturdidos com tanta novidade.
- (D) Os maus-entendidos são fatais quando ainda não se tem destreza numa nova linguagem, quando ainda não se está familiarizado com um novo vocabulário.
- (E) Muita gente letrada e idosa aderiu ao uso do computador, considerando-o não um sinal do apocalipse, mas uma ferramenta revolucionária na execução de tarefas, um instrumento útil para qualquer pesquisador.

A: perniciosos; **B:** incorporação; consequência (de acordo com o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, o trema passou a ser empregado apenas em palavras derivadas de nomes próprios estrangeiros); induz; **D:** mal-entendidos; vocabulário; **E:** apocalipse; pesquisador.

„C„ 0111111111

(Analista – TRT/13ª – 2005 – FCC) Estão corretos o emprego e a grafia de todas as palavras na frase:

- (A) Há discussões que chegam a um tal estado de paradoxismo que fica improvável alguma solução que se adeque à expectativa dos contedores.
- (B) Os candidatos, em suas altercações num debate, costumam dissimular mais injúrias um contra o outro do que esclarecimentos ao eleitorado.
- (C) A democracia, por vezes, constitui uma espécie de campo de provas que poucos candidatos estão habilitados a cruzar preservando sua dignidade.
- (D) Se os eleitores fossem mais atentos à inépcia dos candidatos, não se deixariam envolver por tudo o que há de falacioso nos discursos de campanha.
- (E) Crêem muitos que há obsolescência na democracia, conquanto ninguém se arvora em profeta de algum outro regime que pudesse ser mais bem sucedido.

A: adéque (sem trema, de acordo com o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa); **B:** altercações (*altercar* é polemizar); disseminar; **C:** constitui (verbo *constituir* na 3ª pessoa do singular do presente do indicativo); preservando; **D:** inépcia; falacioso; **E:** o verbo *crer* na 3ª pessoa do plural do presente do indicativo levava acento, porém com o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, a grafia correta é “creem”. A palavra bem-sucedido é hifenizada. A questão é de 2005 (antes do Acordo), de modo que a assertiva E era a correta.

„C„ 0111111111

(Analista – TRE/PE – 2004 – FCC) Encontram-se palavras escritas de modo INCORRETO na frase:

- (A) Algumas tribos indígenas almejam a expansão de seu território, com a demarcação oficial da área que habitam.

- (B) A visão de um paraíso natural onde índios vivam em harmonia parece estar em desacordo com a atual realidade extrativista.
- (C) Os colonizadores demonstraram enorme incompreensão dos costumes indígenas, regeitando-os, devido a sua formação religiosa.
- (D) Uma hipótese consiste em reconhecer certos direitos dos índios, como a utilização sustentável da floresta, que gera recursos para as tribos.
- (E) Existem as chamadas unidades de conservação, cujo objetivo se volta para a manutenção da floresta e especialmente para animais em risco de extinção.

Estão incorretamente grafadas as palavras: incompreensão e rejeitando.

„C„ 0111111111

Os velhos das cidadezinhas do interior parecem muito mais plenamente velhos que os das metrópoles. Não se trata da idade real de uns e outros, que pode até ser a mesma, mas dos tempos distintos que eles parecem habitar. Na agitação dos grandes centros, até mesmo a velhice parece ainda estar integrada na correria; os velhos guardam alguma ansiedade no olhar, nos modos, na lentidão aflita de quem se sente fora do compasso. Na calmaria das cidades pequeninas, é como se a velhice de cada um reafirmasse a que vem das montanhas e dos horizontes, velhice quase eterna, pousada no tempo.

Vejam-se as roupas dos velhinhos interioranos: aquele chapéu de feltro manchado, aquelas largas calças de brim cáqui, incontavelmente lavadas, aquele puído dos punhos de camisas já sem cor – tudo combina admiravelmente com a enorme jaqueira do quintal, com a generosa figueira da praça, com as teias no campanário da igreja. E os hábitos? Pica-se o fumo de corda, lentamente, com um canivete herdado do século passado, enquanto a conversa mole se desenrola sem pressa e sem destino.

Na cidade grande, há um quadro que se repete mil vezes ao dia, e que talvez já diga tudo: o velhinho, no cruzamento perigoso, decide-se, enfim, a atravessar a avenida, e o faz com aflição, um braço estendido em sinal de pare aos motoristas apressados, enquanto amiúda o que pode o próprio passo. Parece suplicar ao tempo que diminua seu ritmo, que lhe dê a oportunidade de contemplar mais demoradamente os ponteiros invisíveis dos dias passados, e de sondar com calma, nas nuvens mais altas, o sentido de sua própria história.

Há, pois, velhices e velhices – até que chegue o dia em que ninguém mais tenha tempo para de fato envelhecer.

Celso de Oliveira

(CEF – Técnico Bancário – 2000 – FCC) Indique a alternativa em que se traduz corretamente o sentido de uma expressão do texto, considerado o contexto.

- (A) “parecem muito mais plenamente velhos” = dão a impressão de se ressentirem mais dos males da velhice.
- (B) “guardam alguma ansiedade no olhar” = seus olhos revelam poucas expectativas.
- (C) “fora do compasso” = num distinto andamento.
- (D) “a conversa mole se desenrola” = a explanação é detalhada.

(E) “amiúda o que pode o próprio passo” = deve desacelerar suas passadas.

Correta a alternativa “C”, que estabelece uma relação válida e coerente com o texto. Nas demais, os sinônimos sugeridos não estão usados no mesmo sentido em que foram empregados no texto.

„C. ojjbarrto

“O folhetim é frutinha de nosso tempo”, disse Machado de Assis numa de suas deliciosas crônicas. E volta ao assunto na crônica seguinte.

“O folhetinista é originário da França [...] De lá espalhou-se pelo mundo, ou pelo menos por onde maiores proporções tomava o grande veículo do espírito moderno; falo do jornal.” E Machado tenta “definir a nova entidade literária”, procura esmiuçar a “organização do novo animal”. Mas dessa nova entidade só vai circunscrever a variedade que se aproxima do que hoje chamaríamos crônica. E como na verdade a palavra **folhetim** designa muitas coisas, e, efetivamente, nasceu na França, há que ir ver o que o termo recobre lá na matriz.

De início, ou seja, começos do século XIX, “le feuilleton” designa um lugar preciso do jornal: “o rez-de-chaussée” - rés-do-chão, rodapé -, geralmente o da primeira página. Tinha uma finalidade precisa: era um espaço vazio destinado ao entretenimento. E pode-se já anteciper, dizendo que tudo o que haverá de constituir a matéria e o modo da crônica à brasileira já é, desde a origem, a vocação primeira desse espaço geográfico do jornal, deliberadamente frívolo, oferecido como chamariz aos leitores afugentados pela modorra cinza a que obrigava a forte censura napoleônica. (“Se eu soltasse as rédeas da imprensa”, explicava Napoleão ao célebre Fouché, seu chefe de polícia, “não ficaria três meses no poder.”)

(MEYER, Marlyse, **Folhetim**: uma história. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 57)

(BB – Escriturário – 2006 – FCC) O único fragmento do texto que apresenta todas as palavras empregadas em sentido denotativo é:

- (A) *O folhetim é frutinha de nosso tempo.*
 (B) *... procura esmiuçar a “organização do novo animal”.*
 (C) *... a que obrigava a forte censura napoleônica.*
 (D) *... oferecido como chamariz aos leitores afugentados pela modorra cinza.*
 (E) *Se eu soltasse as rédeas da imprensa...*

Sentido denotativo é o significado literal da palavra, seu uso conforme as definições estabelecidas pela língua. Opõe-se a sentido conotativo, ou sentido figurado, que é o uso do termo com significado diverso, atribuído pelo autor do texto como uma metáfora ou comparação. Para memorizar: “denotativo” começa com “d”, como “dicionário”, onde você encontra o sentido denotativo das palavras. Com isso, correta a alternativa “C”, visto que todas as demais utilizam palavras em sentido conotativo (frutinha, animal, modorra, rédeas).

„B. ojjbarrto

(BB – Escriturário – 2006 – FCC) Considerado o contexto, a expressão que está corretamente traduzida é:

- (A) *procura esmiuçar* = tenta desacreditar.
 (B) *só vai circunscrever a variedade* = reconhecerá como válida unicamente uma das variantes.
 (C) *o que o termo recobre lá na matriz* = o significado original da palavra.

(D) *é, desde a origem, a vocação primeira* = revela sua tendência mais elevada.

(E) *deliberadamente frívolo* = propositalmente anárquico.

A: incorreta (esmiuçar = detalhar); B: incorreta (circunscrever = definir); C: correta; D: incorreta (primeira = original); E: incorreta (frívolo = sem importância).

„C. ojjbarrto

O exercício da memória, seu exercício mais intenso e mais contundente, é indissociável da presença dos velhos entre nós. Quando ainda não contidos pelo estigma de improdutivos, quando por isso ainda não constrangidos pela impaciência, pelos sorrisos incores, pela cortesia inautêntica, pelos cuidados geriátricos impessoais, pelo isolamento, quando então ainda não calados, dedicam-se os velhos, cheios de espontaneidade, à cerimônia da evocação, evocação solene do que mais impressionou suas retinas tão fatigadas, enquanto seus interesses e suas mãos laborosas participavam da norma e também do mistério de uma cultura.

(GONÇALVES FILHO, José Moura, “Olhar e memória”. IN: **O olhar**. NOVAES, Adauto (org.). 10a reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 97)

(BB – Escriturário – 2006 – FCC) A única substituição que não prejudica o sentido original é a de

- (A) *dedicam-se os velhos* por “esforçam-se os velhos”.
 (B) *cuidados geriátricos impessoais* por “cuidados geriátricos desprovidos de calor humano”.
 (C) *cheios de espontaneidade* por “espontaneamente”.
 (D) *do que mais impressionou suas retinas* por “de tudo o que se esvaiu das suas retinas”.
 (E) *suas retinas tão fatigadas* por “suas retinas já comprometidas”.

A: incorreta (dedicar = entregar-se); B: correta; C: incorreta (espontaneidade = leveza, alegria); D: incorreta (impressionar = chamar a atenção); E: incorreta (fatigadas = cansadas).

„B. ojjbarrto

Atenção: As próximas duas questões referem-se ao texto transcrito abaixo.

- Vários historiadores têm procurado entender a originalidade da monarquia brasileira vinculando-a à chegada da família real ao Brasil em 1808. De fato, é no mínimo inusitado pensar numa colônia sediando a capital de um império. Chamada por Maria Odila Leite da Silva Dias de a “internacionalização da metrópole”, a instalação no Brasil da corte portuguesa, que fugia das tropas napoleônicas, significou não apenas um acidente fortuito, mas um momento angular da história nacional e de um processo singular de emancipação. Fuga ou golpe político, o fato é que com D. João e sua família, e contando com a ajuda inglesa, transferiram-se para o país a própria corte portuguesa — cujo número estimado de pessoas chegava a 20 mil, sendo que a cidade do Rio possuía apenas 60 mil almas — e várias instituições metropolitanas. Mas não era só: comerciantes ingleses e franceses, artistas italianos e naturalistas austríacos vinham junto com os baús. Difícil imaginar choque cultural maior. Transformado em reino unido já em 1815, o Brasil passou a distanciar-se, aos poucos, de seu antigo estatuto colonial, ganhando uma autonomia relativa jamais conhecida naquele contexto. A partir de então, o Rio de Janeiro tornou-se capital de Portugal e de suas possessões

na África e na Ásia, e os portos brasileiros se abriram ao 25 comércio britânico (segundo o acerto feito com a Inglaterra, que assegurou o transporte da corte, mas o trocou por esse acordo comercial). Tais fatos alteraram radicalmente a situação da colônia portuguesa na América.

(Adaptado de SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador*: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 35-36.)

(Analista – ANS – 2007 – FCC) Considerando sempre o contexto, está correta a seguinte correspondência de significados:

- (A) processo singular de emancipação (linha 10) = distinto decurso de alforria.
- (B) comerciantes ingleses e franceses, artistas italianos e naturalistas austríacos vinham junto com os baús (linhas 16 e 17) = distintos estratos do operariado europeu chegavam com os pertences dos portugueses.
- (C) um acidente fortuito (linha 8) = um providencial incidente.
- (D) um momento angular (linha 9) = uma basilar conjuntura.
- (E) distanciar-se [...] de seu antigo estatuto colonial (linhas 20 e 21) = desacatar a precedente regulamentação para colônias.

Para a análise de questões com correspondências de significados, sugere-se a consulta ao dicionário como recurso de estudo; **A**: incorreta, pois *decurso* indica tempo decorrido e não necessariamente abriga a ideia de sucessão de fatos do processo; **B**: incorreta, pois *comerciantes*, *artistas* e *naturalistas* representam a elite intelectual e não o operariado; **C**: incorreta, pois *fortuito* indica algo não planejado e não carrega a carga semântica positiva de providencial, conveniente; **D**: correta, pois *momento* e *conjuntura*, no contexto, são sinônimos de “circunstância”, assim como *angular* e *basilar* significam “fundamental”; **E**: incorreta, pois não há ideia de desacato no distanciamento, a própria capital embasa o distanciamento.

(Analista – ANS – 2007 – FCC) ...os portos brasileiros se abriram ao comércio britânico (segundo o acerto feito com a Inglaterra, que assegurou o transporte da corte, mas o trocou por esse acordo comercial).

O segmento que traduz, completa e corretamente, a situação da coroa inglesa descrita no trecho sublinhado acima é:

- (A) que não podia dar o braço a torcer.
- (B) que não deu ponto sem nó.
- (C) que fez uma emenda pior que o soneto.
- (D) que não trocou seis por meia dúzia.
- (E) que frequentemente mete a mão em cumbuca.

A questão pede que se analise o conteúdo do texto original e o relacione a uma expressão popular que resuma o que representou a ação da Inglaterra com relação ao Brasil. O conteúdo mostra que a ajuda oferecida pelos ingleses tinha seus próprios interesses em vista. Ajudar Portugal era necessariamente vinculado a receber uma vantagem muito maior, a saber, o acordo comercial. A expressão que indica se fazer algo com objetivo em outra mais vantajosa é a letra **B**.

Atenção: A questão a seguir baseia-se no texto apresentado abaixo.

As sementes do impulso fundamental da indústria de agronegócio nacional foram lançadas quando um núcleo de sete especialistas da Embrapa debruçou-se sobre o desafio de tropicalizar a soja. Planta de origem asiática, ela só se adaptava bem nos estados mais ao sul do país.

“Do Paraná para cima, a planta atingia no máximo 15 centímetros, um sexto de sua altura normal”, afirma um dos engenheiros agrônomos que fez parte do grupo que tratou do problema em meados da década de 70.

Foram necessários anos de pesquisas num banco genético com informações sobre mais de 8.000 tipos de soja até se chegar à planta capaz de evoluir bem em regiões mais quentes. O impacto da inovação foi formidável. De pouco mais de 300.000 toneladas produzidas em 1973, o Brasil saltou para 53 milhões de toneladas da safra atual.

(Exame, 23 de novembro de 2005, p. 32)

(Técnico – BACEN – 2006 – FCC) O impacto da inovação foi formidável. (2º parágrafo)

A afirmativa transcrita acima

- (A) perde importância em vista dos diferentes tipos de soja existentes no mercado.
- (B) aponta um certo fracasso nas pesquisas, tendo em vista o pequeno desenvolvimento da planta no Brasil.
- (C) indica as dificuldades de escolha do tipo de soja mais adequado para regiões mais quentes.
- (D) é comprovada pelo considerável aumento ocorrido atualmente na produção de soja.
- (E) refere-se ao extraordinário esforço dos especialistas da Embrapa em obter as sementes para suas pesquisas.

O adjetivo “formidável” (medonhamente grande, que produz admiração) designa o grande aumento na produção de soja no decorrer dos anos no Brasil.

“C. 011686G

O segredo da acumulação primitiva neoliberal

Numa coluna publicada na Folha de São Paulo, o jornalista Elio Gaspari evocava o drama recente de um navio de crianças escravas errando ao largo da costa do Benin. Ao ler o texto – que era inspirado –, o navio tornava-se uma metáfora de toda a África subsaariana: ilha à deriva, mistura de leprosário com campo de extermínio e reserva de mão de obra para migrações desesperadas.

Elio Gaspari propunha um termo para designar esse povo móvel e desesperado: “os cidadãos descartáveis”. “Massas de homens e mulheres são arrancados do mercado de seus meios de subsistência e jogados no mercado de trabalho como proletários livres, desprotegidos e sem direitos.” São palavras de Marx, quando ele descreve a “acumulação primitiva”, ou seja, o processo que, no século XVI, criou as condições necessárias ao surgimento do capitalismo.

Para que ganhássemos nosso mundo moderno, foi necessário, por exemplo, que os servos feudais fossem, à força, expropriados do pedacinho de terra que podiam cultivar para sustentar-se. Massas inteiras se encontraram, assim, paradoxalmente livres da servidão, mas obrigadas a vender seu trabalho para sobreviver.

Quatro ou cinco séculos mais tarde, essa violência não deveria ter acabado? Ao que parece, o século XX pediu uma espécie de segunda rodada, um ajuste: a criação de sujeitos descartáveis globais para um capitalismo enfim global.

Simples continuação ou repetição? Talvez haja uma diferença – pequena, mas substancial – entre as massas do século XVI e os migrantes da globalização: as primeiras foram arrancadas de seus meios de subsistência, os segundos são expropriados de seu lugar pela violência da fome, por exemplo, mas quase sempre eles recebem em troca um devaneio. O protótipo poderia ser o prospecto que, um século atrás, seduzia os emigrantes europeus: sonhos de posse, de bem-estar e de ascensão social.

As condições para que o capitalismo invente sua versão neoliberal são subjetivas. A expropriação que torna essa passagem possível é psicológica: necessária que sejamos arrancados nem tanto de nossos meios de subsistência, mas de nossa comunidade restrita, familiar e social, para sermos lançados numa procura infinita de status (e, hipoteticamente, de bem-estar) definido pelo acesso a bens e serviços. Arrancados de nós mesmos, deveremos querer ardentemente ser algo além do que somos.

Depois da liberdade de vender nossa força de trabalho, a “acumulação primitiva” do neoliberalismo nos oferece a liberdade de mudar e subir na vida, ou seja, de cultivar visões, sonhos e devaneios de aventura e sucesso. E, desde o prospecto do emigrante, a oferta vem se aprimorando. A partir dos anos 60, a televisão forneceu os sonhos para que o campo não só devesse, mas quisesse, ir para a cidade.

O requisito para que a máquina neoliberal funcione é mais refinado do que a venda dos mesmos sabonetes ou filmes para todos. Trata-se de alimentar um sonho infinito de perfectibilidade e, portanto, uma insatisfação radical. Não é pouca coisa: é necessário promover e vender objetos e serviços por eles serem indispensáveis para alcançarmos nossos ideais de status, de bem-estar e de felicidade, mas, ao mesmo tempo, é preciso que toda satisfação conclusiva permaneça impossível.

Para fomentar o sujeito neoliberal, o que importa não é lhe vender mais uma roupa, uma cortina ou uma lipoaspiração; é alimentar nele sonhos de elegância perfeita, casa perfeita e corpo perfeito. Pois esses sonhos perpetuam o sentimento de nossa inadequação e garantem, assim, que ele seja parte inalterável, definidora, da personalidade contemporânea.

Provavelmente seria uma catástrofe se pudéssemos, de repente, acalmar nossa insatisfação. Aconteceria uma queda total do índice de confiança dos consumidores. Bolsas e economias iriam para o brejo. Desemprego, crise, etc.

Melhor deixar como está. No entanto, a coisa não fica bem. Do meu pequeno observatório psicanalítico, parece que o permanente sentimento de inadequação faz do sujeito neoliberal uma espécie de sonhador descartável, que corre atrás da miragem de sua felicidade como um trem descontrolado, sem condutor, acelerando progressivamente por inércia – até que os trilhos não aguentem mais.

(Contardo Calligaris, **Terra de ninguém**. São Paulo: **Publifolha**, 2002)

Nota: O autor desse texto, Contardo Calligaris, é psicanalista e foi professor de estudos culturais na New School de Nova York. Faz parte do corpo docente do Institute for

the Study of Violence, em Boston. É também colunista da Folha de S. Paulo.

(**Analista – BACEN – 2005 – FCC**) Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de uma expressão ou frase do texto em:

- (A) um navio (...) errando ao lado da costa do Benin = um navio tomando um rumo equivocado junto ao litoral do Benin.
- (B) *Para fomentar o sujeito neoliberal* = com o fito de estimular o homem neoliberal.
- (C) *arrancados de nós mesmos* = arrastados por nossos próprios impulsos.
- (D) É preciso que toda satisfação conclusiva permaneça impossível = é mister que não se conclua a satisfação possível.
- (E) O protótipo poderia ser o retrospecto = o modelo primitivo poderia ser a ilusão.

O verbo **fomentar** significa estimular.

Gabarito: B.

(**Analista – BACEN – 2005 – FCC**) A partir dos anos 60, a televisão forneceu os sonhos para que o campo não só devesse, mas quisesse, ir para a cidade.

Na frase acima, as formas devesse e quisesse exprimem condições subjetivas, atribuídas a campo. Tal recurso estilístico está presente também no segmento sublinhado na frase:

- (A) O protótipo poderia ser o prospecto que (...) seduzia os emigrantes europeus.
- (B) (...) o jornalista Elio Gaspari evocava o drama recente de um navio de crianças escravas errando ao largo da costa do Benin.
- (C) Não é pouca coisa: é necessário promover e vender objetos e serviços (...)
- (D) Aconteceria uma queda total do índice de confiança dos consumidores.
- (E) (...) o que importa não é lhe vender mais uma roupa, uma cortina ou uma lipoaspiração (...)

A: pois é atribuído ao prospecto característica humana – “seduzir” – da mesma forma que foi atribuído ao “campo” no trecho original (personificação ou prosopopeia).

Gabarito: A.

Atenção: A questão a seguir baseia-se no texto apresentado abaixo.

A cultura, e consequente organização social, política e econômica dominante na sociedade contemporânea, ainda é aquela que começou a nascer no século XVI, quando um conjunto de inovações tecnológicas num contexto histórico favorável contribuiu para o início do enterro do Antigo Regime, no qual a Terra estava no centro do universo, a ordem social era imutável e a Igreja, junto com o poder absolutista, tinha o monopólio da informação.

A prensa de Gutenberg estava entre as inovações tecnológicas que contribuíram para a ascensão do mundo burguês. E os seus principais produtos - o livro e o jornal - foram entendidos durante muitos anos pela ordem dominante como ferramentas subversivas. Esta subversão gestou e gerou o mundo em que vivemos. Um mundo onde a iniquidade social ainda incomoda e assusta, mas no qual todas as barreiras para a geração de riqueza e